INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A TRÍPLICE FRONTEIRA:
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO, DIREITOS LINGUÍSTICOS E A REALIDADE DAS CRIANÇAS IMIGRANTES EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU

ANA LUIZA ALVES DE ALMEIDA MENDES

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A TRÍPLICE FRONTEIRA:
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO, DIREITOS LINGUÍSTICOS E A REALIDADE DAS CRIANÇAS IMIGRANTES EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU

ANA LUIZA ALVES DE ALMEIDA MENDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Profª. Drª Laura Janaina Dias Amato

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

ANA LUIZA ALVES DE ALMEIDA MENDES

INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A TRÍPLICE FRONTEIRA:
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO, DIREITOS LINGUÍSTICOS E A REALIDADE DAS CRIANÇAS IMIGRANTES EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Drª. Laura Janaina Dias Amato
UNILA

_____
Profª. Drª Karen dos Santos Honório
UNILA

_____
Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Dedico este trabalho à minha querida mãe, Denise, que sacrificou muito para que eu pudesse sorrir e, que trabalhou tanto para que eu pudesse estudar. O esforço dessa mulher fez com que eu chegasse até aqui.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me sustentado durante toda a minha vida, especialmente nesses quatro anos de graduação. Agradeço por ter estado ao meu lado, me fortalecendo emocionalmente quando me sentia esgotada; cuidando de mim fisicamente, quando o cansaço parecia maior que tudo; provendo financeiramente, quando as coisas pareciam não ter saída. Em todas as áreas, Sua forte mão cuidou de mim e me permitiu chegar até aqui.

Agradeço à minha querida mãe, Denise, que, há nove anos, percebeu que mudar seria a melhor opção para que eu tivesse uma educação de qualidade. Sem a sua força, eu não teria chegado tão longe. Nunca terei palavras suficientes para agradecer todo o sacrifício e esforço que você fez e faz todos os dias, sempre em prol da minha felicidade. Palavras não bastam para demonstrar meu amor e minha gratidão.

Agradeço ao meu pai, Luiz, que sempre se preocupou comigo, sempre apoiou que eu estudasse aquilo que decidisse ser o melhor para mim e que sempre prezou pela minha felicidade. Agradeço infinitamente por tudo, pai.

Este trabalho trata, entre tantas temáticas importantes, o diferencial que professores com vontade de ensinar podem representar na vida de um estudante. Dentre os inúmeros professores importantes na minha trajetória, tenho imensa gratidão e carinho especial pela minha orientadora, Laura Janaina Dias Amato, que, além dos incontáveis ensinamentos acadêmicos, me tocou profundamente com seu cuidado e empatia. Obrigada por todas as orientações, conversas e ajuda contínua.

Aos professores da banca, agradeço por terem aceitado este convite. Professora Karen dos Santos Honorio, muito obrigada por todos os ensinamentos durante a graduação. Professor Gustavo Oliveira Vieira, agradeço infinitamente pelos conselhos ao longo dessa jornada. Meu mais sincero agradecimento a vocês.

Agradeço também aos meus professores do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Campo Largo, por terem me guiado no início da vida em pesquisa, ainda no ensino médio. Dentre eles, gostaria de demonstrar meus sinceros agradecimentos a Fábio Lucas da Cruz, por ter sido meu primeiro orientador em iniciação científica; a Adriano David dos Anjos, meu orientador quando fui bolsista do PIBIC-Jr/CNPq; aos professores Rodrigo Garcia da Silva, Elton Dias Júnior e Vinicius Facco, meu muito obrigada pelo incentivo.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Em especial, gostaria de registrar minha imensa gratidão ao professor Natan Gonçalves Fraga, que, durante o período em que estudei no IFPR, exerceu um papel fundamental ao me ensinar espanhol e mostrar que um idioma não pode ser aprendido apenas por meio da gramática e da oralidade, pois também expressa aspectos culturais e emocionais. Ele me apresentou a América Latina sob um novo ponto de vista e contribuiu, direta e indiretamente, há seis anos, para que eu estivesse nesta universidade, estudando as temáticas deste trabalho. Meu imenso obrigado.

Algumas pessoas entram em nossas vidas e, de repente, percebemos que não fazia sentido viver tanto tempo sem elas. Há três, em especial, pelas quais sou profundamente grata. Essas três meninas tornaram minha permanência na universidade mais feliz. Vocês, minhas amigas queridas Gabrielly, Jeniffer e Luana, são essenciais na minha trajetória. Muito obrigada por todas as memórias que compartilhamos juntas. Vocês alegram os meus dias. Minha mais sincera gratidão a cada uma de vocês.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET) – Conexão de Saberes, grupo que me proporcionou oportunidades e aprendizados inigualáveis. Foi um imenso privilégio fazer parte dessa iniciativa que envolve ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço à UNILA, que tornou possível meu sonho de estudar em uma universidade federal e me proporcionou uma experiência que só quem estuda na UNILA sabe o quão rica e única é. Ensinamentos, aprendizados, amizades e oportunidades, meu muito obrigada, UNILA. Que seja sempre próspera, pública e de qualidade. Seu papel em transformar a vida de tantos estudantes não pode esmorecer.

A todos aqueles que, de alguma forma, foram importantes para que eu chegasse até este momento tão aguardado da graduação, meu mais sincero e genuíno agradecimento.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

“A criança que fui chora na estrada.
Deixei-a ali quando vim ser quem sou;
Mas hoje, vendo que o que sou é nada,
Quero ir buscar quem fui onde ficou.

Ah, como hei de encontrá-lo? Quem errou
A vinda tem a regressão errada.
Já não sei de onde vim nem onde estou.
De o não saber, minha alma está parada.

Se ao menos atingir neste lugar
Um alto monte, de onde possa enfim
O que esqueci, olhando-o, relembrar,

Na ausência, ao menos, saberei de mim,
E, ao ver-me tal qual fui ao longe, achar
Em mim um pouco de quando era assim.”

A criança que fui chora na estrada, Fernando Pessoa.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

MENDES, Ana Luiza Alves de Almeida. **INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A TRÍPLICE FRONTEIRA: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO, DIREITOS LINGUÍSTICOS E A REALIDADE DAS CRIANÇAS IMIGRANTES EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU**, 2025. Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre infância e migração sob a perspectiva das Relações Internacionais, com foco na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. O estudo concentra-se em crianças imigrantes matriculadas no Ensino Fundamental I da rede pública municipal, buscando compreender os mecanismos de acolhimento e integração oferecidos pelo ambiente escolar. Pretende-se identificar os principais desafios enfrentados por essas crianças no processo migratório, bem como as estratégias adotadas pelo município e pelas instituições escolares para mitigar seus impactos. Considera-se a especificidade da cidade, localizada na Tríplice Fronteira com Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai), local marcado pela presença significativa de comunidades estrangeiras, especialmente de origem árabe, o que contribui para uma diversidade linguística e cultural. A metodologia adotada é qualitativa, com ênfase na análise de aspectos subjetivos, incluindo observações em escolas e relatos de professores e alunos. A pesquisa também contempla revisão bibliográfica e documental sobre os temas centrais como infância, migração e fronteira, além da análise das políticas de acolhimento e das práticas linguísticas no contexto educacional da região. A relevância do estudo reside na necessidade de dar visibilidade à realidade das crianças imigrantes na Tríplice Fronteira. Espera-se contribuir para o campo das Relações Internacionais, propondo uma abordagem que valorize a diversidade cultural e linguística, incentive a participação ativa das crianças na formulação de políticas públicas e fortaleça os dispositivos de integração.

Palavras-chave: migração; infância; fronteira; integração; acolhimento.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

MENDES, Ana Luiza Alves de Almeida. **INFANCIA, MIGRACIÓN Y LA TRIPLE FRONTERA: UN ESTUDIO DE LAS PRÁCTICAS DE ACOGIDA, LOS DERECHOS LINGÜÍSTICOS Y LA REALIDAD DE LOS NIÑOS INMIGRANTES EN LAS ESCUELAS DE FOZ DE IGUAÇU**, 2025. Proyecto de Investigación para el Trabajo de Fin de Carrera de Relaciones Internacionales e Integración – Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz de Iguaçu, 2025.

RESUMEN

Esta investigación busca analizar la relación entre infancia y migración desde la perspectiva de las Relaciones Internacionales, con especial atención a la ciudad de Foz do Iguaçu, Paraná. El estudio se centra en niños inmigrantes matriculados en la Escuela Primaria I del sistema público municipal de educación, buscando comprender los mecanismos de acogida e integración que ofrece el entorno escolar. El objetivo es identificar los principales desafíos que enfrentan estos niños en el proceso migratorio, así como las estrategias adoptadas por el municipio y las escuelas para mitigar sus impactos. Se considera la especificidad de la ciudad, ubicada en la Triple Frontera con Puerto Iguazú (Argentina) y Ciudad del Este (Paraguay), un lugar marcado por la significativa presencia de comunidades extranjeras, especialmente de origen árabe, lo que contribuye a la diversidad lingüística y cultural. La metodología adoptada es cualitativa, con énfasis en el análisis de aspectos subjetivos, incluyendo observaciones en escuelas e informes de docentes y estudiantes. La investigación también incluye una revisión bibliográfica y documental sobre temas centrales como infancia, migración y fronteras, además del análisis de las políticas de acogida y las prácticas lingüísticas en el contexto educativo de la región. La relevancia del estudio radica en la necesidad de visibilizar la realidad de la infancia inmigrante en la Triple Frontera. El objetivo es contribuir al campo de las Relaciones Internacionales proponiendo un enfoque que valore la diversidad cultural y lingüística, fomente la participación activa de la infancia en la formulación de políticas públicas y fortalezca los mecanismos de integración.

Palabras clave: migración; infancia; frontera; integración; acogida.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

MENDES, Ana Luiza Alves de Almeida. **CHILDHOOD, MIGRATION AND THE TRIPLE BORDER: A STUDY OF WELCOME PRACTICES, LINGUISTIC RIGHTS AND THE REALITY OF IMMIGRANT CHILDREN IN SCHOOLS IN FOZ DO IGUAÇU,** 2025. Research Project for the Final Course Work International Relations and Integration – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship between childhood and migration from the perspective of International Relations, focusing on the city of Foz do Iguaçu, Paraná. The study focuses on immigrant children enrolled in Elementary School I in the municipal public school system, seeking to understand the reception and integration mechanisms offered by the school environment. The aim is to identify the main challenges faced by these children in the migratory process, as well as the strategies adopted by the municipality and schools to mitigate their impacts. The specificity of the city is considered, located in the Triple Border with Puerto Iguazú (Argentina) and Ciudad del Este (Paraguay), a place marked by the significant presence of foreign communities, especially of Arab origin, which contributes to linguistic and cultural diversity. The methodology adopted is qualitative, with an emphasis on the analysis of subjective aspects, including observations in schools and reports from teachers and students. The research also includes a bibliographic and documentary review on central themes such as childhood, migration and borders, in addition to the analysis of reception policies and linguistic practices in the educational context of the region. The relevance of the study lies in the need to give visibility to the reality of immigrant children in the Triple Frontier. It is expected to contribute to the field of International Relations, proposing an approach that values cultural and linguistic diversity, encourages the active participation of children in the formulation of public policies and strengthens integration mechanisms.

Key words: migration; childhood; border; integration; reception.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Nacionalidade dos migrantes em Foz de Iguaçu, 2021 44
Figura 2 – Total de estudantes migrantes matriculados nas escolas municipais em 2024 57
Figura 3 – Protocolo de acolhimento inicial ao estudante imigrante 58
Figura 4 – Protocolo de acolhimento permanente ao estudante imigrante 59
Figura 5 – Distância entre a escola, Cidade do Leste e Puerto Iguazú 69
Figura 6 – Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas 72
Figura 7 – Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas 73
Figura 8 – Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas 74

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos
ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

1. INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A FRONTEIRA..... 20

1.1 AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS....21

1.2 AS MIGRAÇÕES E A INFÂNCIA.....31

1.3 A TRÍPLICE FRONTEIRA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS..... 42

2. ACOLHIMENTOS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NAS ESCOLAS..... 52

2.1 ACOLHIMENTO PARA AS CRIANÇAS IMIGRANTES.....52

2.1.1 O CASO DA CIDADE PACARAIMA EM RORAIMA E AS CRIANÇAS IMIGRANTES..... 54

2.1.2 ESTRATÉGIAS DE FOZ DO IGUAÇU PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.....56

2.2 OS DIREITOS LINGUÍSTICOS, AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A CONSTRUÇÃO DE UM ACOMPANHAMENTO LINGUÍSTICO FAVORÁVEL..... 61

2.2.1 OS DIREITOS LINGUÍSTICOS E OS DIREITOS HUMANOS..... 62

2.2.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR ACOLHEDOR..... 64

2.2.3 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O AMBIENTE ESCOLAR..... 66

3. AS CRIANÇAS IMIGRANTES NA ESCOLA.....69

3.1 GRUPOS FOCAIS COM AS CRIANÇAS IMIGRANTES E SEUS DESENHOS..... 70

3.2 ENTREVISTA COM AS DOCENTES..... 75

3.3 OBSERVAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR.....77

3.4 VIVÊNCIAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES..... 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 82

REFERÊNCIAS..... 87

ANEXOS..... 91

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo os mecanismos que regem o cumprimento das políticas de acolhimento e a verificação do respeito aos direitos linguísticos das crianças imigrantes no ensino fundamental público de Foz do Iguaçu. Este trabalho busca identificar as barreiras enfrentadas pelas crianças imigrantes e a existência ou ausência de estruturas e alternativas que possam ser utilizadas no ambiente escolar para amenizar os impactos do processo migratório. Considera-se, ainda, que a localização de Foz do Iguaçu apresenta duas particularidades principais: a primeira é sua posição na tríplice fronteira com o município argentino de Puerto Iguazú e a cidade paraguaia de Ciudad del Este; a segunda é a grande comunidade árabe presente na cidade, que resulta em um alto número de matrículas de crianças que não têm o português como idioma principal.

É fundamental destacar que a criança é um sujeito com ação social válida devendo ter voz e participação ativa nas decisões que afetam seu modo de ser e estar no mundo. Apesar disso, a implementação efetiva desse conhecimento revela-se, por vezes, ausente, principalmente devido às políticas públicas que não são adequadamente elaboradas para o público infantil. Além disso, é necessário reconhecer que as crianças imigrantes demandam estratégias específicas de acolhimento no ambiente escolar.

Nessa conjuntura, a região fronteiriça possui singularidades que exigem estratégias e políticas públicas pertinentes para abordar suas questões. Da mesma forma, a infância é uma fase da vida que requer atenção às necessidades específicas sejam elas psicológicas, físicas ou de aprendizado. Por conseguinte, é essencial que essas demandas sejam consideradas para atender efetivamente as crianças em suas diferentes idades e fases do desenvolvimento. É de suma importância compreender que as crianças são, de fato, atores nas relações internacionais, e quando se trata de migrações, elas são diretamente afetadas. Portanto, é imprescindível identificar as dificuldades e problemas, a fim de promover políticas públicas e ações que atendam as necessidades das crianças imigrantes.

As abordagens sobre migrações frequentemente priorizam o pensar principalmente em pessoas que deixam seu país de origem motivadas por guerras, trabalho ou em busca de melhores condições de vida. No entanto, essas pessoas são normalmente imaginadas como adultas em busca de um futuro melhor, ou seja,

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

quando ocorrem os diálogos para as políticas públicas e/ou de acolhimento, prevalece uma perspectiva adultocêntrica focada principalmente nas necessidades dos adultos e, nas raras vezes que as necessidades das crianças são consideradas a adaptação dessas políticas geralmente ocorre de forma superficial e imediatista. Consequentemente, as soluções oferecidas não atendem em profundidade às singularidades exigidas pelas necessidades da infância, onde priorizar o presente é essencial para que as crianças não percam experiências importantes que só podem ser vivenciadas nesse período da vida.

Outra perspectiva importante nesse contexto é a realidade das migrações na fronteira, que apresentam características próprias, principalmente para crianças envolvidas nesse cotidiano. Diante desse cenário, é necessário analisar as circunstâncias que vivem as crianças em processo de migração, com ênfase na questão educacional e no acolhimento dessas crianças imigrantes no ensino fundamental público da cidade de Foz do Iguaçu, além de investigar como seus direitos linguísticos são protegidos.

A ideia central desta pesquisa surgiu da percepção de que as particularidades da região e os direitos já existentes poderiam não abranger a situação das crianças imigrantes que integram o ensino fundamental público do município. Portanto, primeiramente, é fundamental um estudo mais aprofundado sobre o conceito de infância e migrações. Além de considerar fatores como as relações internacionais entre os países da tríplice fronteira e o papel do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) através do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (Brasil - Paraguai; Brasil - Argentina) no âmbito da integração e cooperação em matéria de educação. Dessa forma, busca-se estabelecer caminhos pelos quais esta pesquisa pode auxiliar na construção de uma nova perspectiva acerca do acolhimento das crianças imigrantes nas escolas.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância em compreender as demandas específicas da região e propor melhorias fundamentadas por estudos sobre a infância, processos migratórios e o papel do Estado na garantia do direito à educação para todas as crianças. Tal iniciativa emerge da identificação de necessidades locais que podem ser atendidas por meio da implementação de políticas linguísticas voltadas ao contexto local. Embora existam normativas que assegurem a matrícula desse público nas instituições escolares, o acompanhamento pedagógico e social após a inserção no sistema educacional revela-se essencial

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

para o pleno desenvolvimento infantil e para a efetivação de seus direitos. Nesse cenário, a barreira linguística configura-se como um desafio significativo a ser mediado.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é compreender o papel das legislações pré-existentes do município de Foz do Iguaçu no acolhimento e acompanhamento da criança imigrante no processo de inserção e de ensino-aprendizagem no período escolar de primeiro a quinto ano da rede pública do município, tendo em vista o grande fluxo de imigrantes nessa região e o número relevante de crianças imigrantes matriculadas nessas instituições. Ademais, averiguar se as legislações existentes estão cumprindo seu papel em garantir os direitos pré-estabelecidos a essas crianças. Para isso, este estudo apresenta conceitualizações e referências acerca das crianças nas Relações Internacionais, a infância no contexto de migração e estabelece como a região de fronteira influência na vida de estudantes imigrantes.

De igual modo, os objetivos específicos podem ser entendidos em três pontos principais: (i) conceitualizar as referências epistemológicas dos conceitos de infância, migração e fronteira; (ii) apontar a importância do processo de acolhimento e permanência da criança no ensino básico bem como papel crucial das políticas linguísticas, nesse contexto; (iii) apresentar e relacionar as consequências geradas na vida das crianças imigrantes no ambiente escolar em seu desenvolvimento com base na conjuntura apresentada por meio de relatos das crianças imigrantes e dos docentes.

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na revisão de literatura pertinente, bem como na análise de dados obtidos por meio de entrevistas e grupos focais. Tal abordagem visa possibilitar uma compreensão aprofundada da complexidade dos aspectos subjetivos que influenciam a temática das crianças imigrantes no ensino público da cidade. A pesquisa se propõe a realizar uma revisão bibliográfica e documental passando pelas temáticas centrais da pesquisa como as Relações Internacionais e a infância, o efeito das migrações para as crianças e a fronteira trinacional e suas particularidades.

Na sequência, será traçado um panorama dos métodos de acolhimento adotados nas instituições escolares, bem como do papel desempenhado pelas políticas linguísticas no contexto brasileiro. Por fim, serão apresentadas as contribuições de crianças imigrantes e docentes, suas perspectivas e vivências,

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

coletadas por meio de entrevistas e grupos focais realizados nas instituições, que enriquecem a análise proposta.

Assim sendo, o primeiro capítulo deste trabalho conceitua as referências epistemológicas dos conceitos de infância, migração e fronteira, criando, assim, um arcabouço informativo. Ao estabelecer essas bases conceituais, o capítulo contribui para a construção de uma análise crítica e situada, alinhada às especificidades socioculturais e políticas do território investigado. Além disso, este capítulo apresenta um relato dos dados disponíveis sobre migração e infância com ênfase nas normas e tratados internacionais acerca dos direitos da criança, destacando, por exemplo, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que estabelece obrigações para os países em relação ao público de até dezoito anos bem como as contribuições de Watson (2006) que aborda em sua obra “Children and International Relations: a new site of knowledge?”[1] a necessidade de realizar uma abordagem sobre a questão da influência das crianças na construção de políticas e normativas no sistema internacional, já que elas estão envolvidas em diversas vertentes importantes, “Se as crianças quiserem ser plenamente reconhecidas como atores dentro das Relações Internacionais convencionais discurso, a natureza do papel que desempenham deve primeiro ser compreendida e conceituado.” (Watson, 2006, p. 243, tradução minha).

Além disso, é imprescindível considerar que a origem nacional da criança não pode ser um impedimento para respeitar os direitos enunciados na convenção, assegurando sua aplicação a todas as crianças em sua jurisdição, sem qualquer tipo de discriminação. Outras fontes utilizadas incluem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Um dos pilares conceituais para a construção deste capítulo foi o livro “Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio” da Coleção Oba-Obá. Organizado por Flávio Santiago, Katia Cristina Norões e Maria Walburga dos Santos. O livro cita diversas obras que abordam a realidade das crianças imigrantes e em deslocamento. No capítulo 9, “Migrações, refúgio e deslocamentos: perspectiva intercultural de acolhimento desde de a infância”, Paulo Daniel Farah e Artur Oriel Pereira afirmam que a realidade das migrações na fase inicial da vida, ou seja, a infância, é constantemente retratada de um ponto de vista adultocêntrico e é

[1]Tradução: “Crianças e Relações Internacionais: um novo campo de conhecimento”.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

“caracterizada pela rejeição e pelo interesse em educar e cuidar, quase sempre, repleta de preconceitos e estereótipos camuflados nos conceitos usados para defini-las” (Farah; Pereira, 2022, p. 217). A partir disso é possível entender o panorama de vulnerabilidade enfrentado pelas crianças imigrantes ao se depararem com o deslocamento e a nova realidade.

O segundo capítulo, intitulado “Acolhimentos, Políticas Linguísticas nas Escolas” examina duas dimensões centrais que permeiam as temáticas do presente trabalho como a articulação entre os instrumentos e estratégias de acolhimento escolar e o papel das políticas linguísticas na valorização e promoção da diversidade linguística no contexto educacional. A primeira parte deste capítulo aborda como uma instituição necessita ter estratégias de acolhimento estabelecidas e que sejam capazes de se adaptar conforme a necessidade das crianças imigrantes. Através do estudo de Deborah Esther Grajzer (2024) sobre o sistema educativo brasileiro e sua organização em Pacaraima em Roraima e também do Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, essa seção do trabalho pretende expor práticas preexistentes e abordar quais melhorias podem ser implementadas para criação de políticas de acolhimento mais eficientes e que se adequem às necessidades das crianças migrantes.

Na segunda e última seção deste capítulo, discute-se a importância e a relevância do debate em torno das políticas linguísticas, destacando-se que os direitos linguísticos devem ser compreendidos como uma dimensão dos direitos humanos. Além disso, argumenta-se que a questão idiomática constitui uma barreira significativa não apenas no processo de acolhimento de crianças imigrantes no ambiente escolar, mas também no desenvolvimento de suas relações sociais, na construção de aprendizagens significativas e na possibilidade de expressarem suas visões de mundo.

O terceiro e último capítulo, intitulado “As Crianças Imigrantes na Escola” apresenta os resultados de entrevistas e grupos focais realizados em uma escola de Foz do Iguaçu, fundamentada em relatos de docentes e nas expressões artísticas produzidas por crianças imigrantes. As reflexões com base nas contribuições dos professores, observações sobre o cotidiano escolar bem como os relatos das crianças, evidenciando suas percepções, experiências, vivências e desafios auxiliam na importante análise da localidade de Foz do Iguaçu e nas particularidades do ensino para crianças imigrantes matriculadas do primeiro ao quinto ano.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Por fim, esta pesquisa será concluída com considerações finais que destacam os principais pontos discutidos ao longo do trabalho, sintetizando as análises realizadas. Espera-se, com isso, contribuir para a formulação de estratégias que possibilitem ao município acolher e acompanhar de forma eficaz as crianças imigrantes, assegurando que seu processo de adaptação e permanência no ambiente escolar ocorra de maneira adequada e promissora.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

1. INFÂNCIA, MIGRAÇÕES E A FRONTEIRA

Este primeiro capítulo propõe-se a discutir alguns dos principais aspectos relacionados ao conceito de infância, aos processos migratórios e à dinâmica da tríplice-fronteiras no que tange às crianças imigrantes. Além disso, é fundamental considerar os impactos que uma mudança de país ao longo da trajetória de vida pode representar para as crianças, especialmente no que diz respeito à ruptura de suas referências cotidianas e à reconfiguração de sua realidade social e emocional. Consequentemente, é necessário voltar os olhares para os teóricos que trabalham principalmente, a influência e papel das crianças nas relações internacionais, os processos migratórios, as particularidades do cotidiano na fronteira e as legislações relacionadas aos direitos das crianças imigrantes no Brasil.

A constituição brasileira garante a todos o direito à infância, sem distinção de origem. A nova lei de migração - lei nº 13.445/2017 - dá proteção integral e atenção especial à criança e ao adolescente imigrante, como é apresentada na Seção II, tópico XVII que aborda os Princípios e as Garantias - “proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente imigrantes” além do acesso igualitário e livre a serviços, programas e benefícios sociais.

É importante destacar que, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se aplica a todas as crianças e adolescentes presentes no território nacional, independentemente de sua nacionalidade. Além disso, o ECA foi diretamente influenciado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC). Essa convenção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, é o instrumento de direitos humanos mais aceito entre os países, sendo ratificado em 196 Estados, e no Brasil foi ratificado em 24 de setembro de 1990, que posteriormente influenciou na criação do ECA também em 1990.

A CDC estabelece algumas obrigações que os Estados possuem com o público de até dezoito anos, dentre elas destaca que a origem nacional da criança não pode ser impedimento para respeitar os direitos enunciados na convenção e assegurar a sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação. Dessa forma, a CDC estabelece a obrigatoriedade do Brasil, como país que ratificou a convenção, de tratar as crianças imigrantes em seu território de igual maneira às demais, e isso implica a promoção de educação para essas crianças.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Conforme mencionado anteriormente, existem diversos arcabouços legais que protegem e promovem os direitos das crianças em âmbito internacional bem como no território brasileiro, destaque para a CDC, ECA e as leis direcionadas exclusivamente aos direitos das crianças imigrantes. Entretanto, é necessário examinar se esses instrumentos de fato garantem esses direitos e observar, da perspectiva das relações internacionais, as características centrais com olhar mais direcionado às crianças, migrações e a fronteira antes de partir para o âmbito educacional das políticas de acolhimento e dos direitos linguísticos.

1.1 AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este primeiro excerto abordará alguns dos principais aspectos da posição que as crianças ocupam nas Relações Internacionais. Para tanto se faz pertinente compreender que a origem epistemológica da palavra infância denota um sentido que as coloca em lugar de silêncio e mesmo não intencionalmente, reflete a construção histórico-social de não participação ativa desse grupo em moldar políticas públicas e ações que atendam suas necessidades. Desde sua morfologia, a palavra “infância” delimita uma fase da vida em que um grupo específico de pessoas não possuem voz. Dessa forma considera Gagnebin:

> O termo é proveniente do latim infantia, que se deriva do verbo fari (falar), mais especificamente do particípio presente fan (falante), somado à partícula de negação in. Partindo disso, o infans é aquele que ainda não adquiriu o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada, enquanto o prefixo in sugere uma condição de não poder se expressar (Gagnebin, 1997 apud Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 100)

À vista disso, pode-se analisar que a construção etimológica da palavra infância até hoje, mesmo que de forma indireta, restringe às crianças uma posição de marginalização, uma posição de silenciamento de suas opiniões para contribuir nas diretrizes que regem suas vidas. Todavia, antes de chegar a esse ponto, precisa-se entender que o significado do que é ser criança não é um consenso, se trata de um conceito ambíguo e que possui diversas determinações ao redor do mundo. Essa situação acarreta aberturas conceituais dúbias que levam a se utilizar o termo “criança” como sinônimo de imaturidade ou incapacidade principalmente baseando-se na conceitualização de que “ser criança” é o contraste do “ser adulto”,

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

ou seja, diferenciando fases na vida baseado na capacidade de tomar decisões com racionalidade para sua própria trajetória. Esse cenário gera abertura para que organismos de proteção, políticas públicas e de legislações, quando existem, sejam formuladas de uma perspectiva adultocêntrica, acarretando em lacunas na garantia dos direitos das crianças.

A conceitualização do que significa ser “criança” para os Estados não é um padrão, e até mesmo dentro de um único país essa definição pode sofrer divergências. No Brasil essa definição pode ser encontrada no ECA, onde o Art. 2º destaca que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Essa determinação é ambígua, mas ao mesmo tempo importante, pois engloba um grupo específico que é alvo de obrigações do Estado específicas, no presente trabalho essas obrigações serão destacadas principalmente nas áreas de educação e as leis direcionadas às crianças imigrantes em território brasileiro.

Por conseguinte, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a legislação brasileira adota alguns critérios para definir quem se encaixa na definição de criança, adolescente e jovem. De acordo com o Art 1º da CDC, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 com entrada em vigor em 2 de setembro de 1990 a seguinte definição “considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes” (CDC, 1989, Art. 1°). Essa conceitualização foi pensada na perspectiva de abranger o maior número de crianças possíveis e também na expectativa de englobar as diferentes legislações que poderiam haver nos países signatários da convenção, consequentemente outros órgãos da ONU, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), a Organização Internacional para as Migrações (OIM),UNICEF e o ACNUR, também se utilizam dessa definição.

O Brasil possui em sua legislação o ECA, essa legislação se aplica a qualquer criança ou adolescente em território nacional independente de classe social, nacionalidade ou crenças. Para muito além da definição de criança é importante trazer ao centro do debate a questão da infância e de quais mecanismos podem ser utilizados para se proteger e garantir essa fase da vida. Para os autores Levindo Diniz Carvalho e Rogério Correia da Silva a infância representa uma noção cheia de significados e pluralidade, na qual diversas características são

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

fundamentais para a formação e compreensão do ser humano, por isso, pode ser definida da seguinte forma:

> A infância é a noção de um grupo social e plural, no qual estão presentes diversas condições, tais como as características biopsíquicas da idade, a classe socioeconômica, a etnia, o gênero, o que implica compreendê-lo na sua singularidade e nas suas diferenças (Carvalho; Silva. 2017, p.19).

Observa-se que conceituar e compreender o conceito de criança é uma tarefa complexa e que mesmo sendo debatido há algum tempo não se consegue definir de maneira universal, o que acarreta em um árduo debate para se compreender a voz das crianças dentro do cenário de formulação de leis e direitos para as próprias, sendo assim, atualmente, todas as políticas públicas, leis e diretrizes adotadas no dia a dia das crianças vem principalmente de um embasamento adultocêntrico deixando de fora o ponto de vista das crianças na construção de sua própria vida. Para Patrícia Martuscelli (2013) isso se dá principalmente pois “A figura da criança ainda hoje está associada à esfera privada e doméstica e não participa do âmbito público onde a tomada de decisões acontece” (Martuscelli, 2013, p.101), isso se reflete também nas Relações Internacionais enquanto campo acadêmico.

Se para os Estados a definição de criança já não é um padrão, do ponto de vista das Relações Internacionais[2] existe uma barreira ainda maior, já que em suas principais e mais tradicionais teorias as crianças não são sequer mencionadas. Patrícia Martuscelli (2013) argumenta como ainda existe a barreira de não enxergar as crianças como capazes de serem atores das Relações Internacionais, mesmo que haja exemplos de que elas atuam constantemente em diversas áreas estudantes pelo campo. Considerando a variedade de exemplos, destaca-se a ativista paquistanesa Malala Yousafzai, que lutou aos quinze anos e ainda atua na defesa ao direito de educação das meninas[3]; Song Kosal, que teve a perna amputada aos seis anos em decorrência da explosão de uma mina terrestre enquanto trabalhava com sua mãe em um arrozal localizado na fronteira entre a Tailândia e o Camboja, tornou-se atualmente uma destacada ativista na luta contra o

[2] O termo relações internacionais, grafado com iniciais minúsculas, diz respeito às práticas e interações que ocorrem no cenário internacional. Por outro lado, Relações Internacionais, com iniciais maiúsculas, refere-se ao campo de estudo acadêmico voltado à análise e compreensão dessas interações.

[3] Documentário sobre a vida de Malala Yousafzai. Disponível em: https://www.nytimes.com/video/world/asia/100000001835296/class-dismissed-malala-yousafzais-story.html Acesso em: 12 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

uso de minas terrestres[4]; e a ativista sueca Greta Thunberg que também aos quinze anos iniciou seu ativismo em prol da proteção do meio ambiente[5]. Martuscelli (2013) expõe que “As ideias de criança e infância são construções históricas e sociais baseadas na dicotomia adulto e criança, sendo o primeiro a negação do segundo e um ator racional capaz de tomar decisões no âmbito público” (Martuscelli, 2013, p.110-111.), ou seja, enquanto não chegam à idade que se considera uma pessoa adulta as crianças são invisibilizadas no âmbito público.

Relevante salientar que a criança não é considerada cidadã, majoritariamente por conta da visão de cidadania que está entrelaçada ao ato de votar, sendo assim, não sendo capaz de exercer seus direitos, todavia, torna-se necessário compreender que a criança pode exercer sua cidadania de várias maneiras. Nesse sentido, Delma Lúcia de Mesquita (2022) argumenta que a criança é um sujeito “integrante de um dos grupos participantes da sociedade, que se apresenta com ideias próprias, capacidade de escolher, emitir opinião e participar diretamente em decisões sobre os vários contextos sociais em que vive” (Mesquita, 2022, p. 3).

É possível observar que essa ausência ocorre não por falta de exemplificações da ação das crianças como atores em diversas áreas que as Relações Internacionais estudam, mas mostra que por não ser em áreas consideradas pilares do campo de estudo acadêmico, acabam sendo colocadas à margem da disciplina

> o materialismo/realismo/nacionalismo econômico está preocupado com o poder militar que é exercido pelo homem adulto. Já o liberalismo, ainda que considere o papel do indivíduo, esse é uma generalização amorfa que não assume o lugar, nem de uma mulher, nem de uma criança. O estruturalismo/materialismo também tem em seu conceito de classe uma generalização amorfa. Por outro lado, a autora se surpreende ao perceber que nenhuma das chamadas teorias críticas ou pós-modernas trata da questão das crianças. Mesmo as teorias feministas, ainda que compartilhem a mesma crença de exclusão de um grupo da esfera pública que compreende as RI, nem sempre consideram o papel da criança visto que, para algumas teóricas, associar o papel da mulher ao da mãe pode prejudicar o empoderamento da figura feminina (Watson, 2008 apud Martuscelli, 2013, p.112).

[4] Livro “The Unfinished Revolution Voices from the Global Fight for Women's Rights” por Cambridge University Press, capítulo 9. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/unfinished-revolution/devastating-remnants-of-war-the-impact-of-armed-conflict-on-women-and-girls/790CCDF3E54F7DC544E1982376142793.

[5] Matéria sobre Greta Thunberg. Disponível em: https://time.com/person-of-the-year-2019-greta-thunberg/ Acesso em: 12 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Nesse sentido, a observação apresenta um panorama sobre como, mesmo avançando ao longo dos anos, as Relações Internacionais ainda não encontraram uma forma de incluir as crianças em sua agenda, mesmo as teorias decoloniais e feministas demonstram certa relutância em incorporá-las em sua retórica, receando que isso possa desviar a atenção das temáticas centrais que abordam.

Segundo Martuscelli (2013), as “crianças”, para as Relações Internacionais, como não performam papel dominante no sistema internacional, não possuem força para serem atores desse campo de estudo, demonstrando que existe uma lacuna nesse pressuposto, uma vez que é notável o envolvimento e como as consequências de eventos centrais das Relações Internacionais afetam diretamente a infância e a vida desse grupo.

Dessa forma, podem ser apontados, no âmbito militar os altos níveis de mortalidade infantil provenientes de guerras entre Estados, crianças forçadas a serem soldados em conflitos armados (Watson, 2008 apud Martuscelli, 2013) ou no âmbito econômico ao redor do globo, como demonstra as matérias dos jornais G1[6], Veja[7] e CNN Brasil[8], entre tantos outros registros de trabalho infantil de crianças imigrantes. Além do mais, isso demonstra um atraso na área uma vez que na Sociologia, Antropologia, Psicologia, História e Geografia, as crianças são levadas em consideração como atores (Martuscelli, 2013, p.111) e, consequentemente, existem estudos sobre as mudanças que elas geram em um meio.

Ademais, outro ponto que corrobora para a marginalização das crianças à luz das teorias de Relações Internacionais é uma questão levantada por Watson, argumentando que a exclusão das crianças na disciplina se baseia no princípio de que os espaços públicos são pertencentes aos adultos, e os espaços das crianças é o doméstico:

> A exclusão das crianças nas relações internacionais baseia-se na ideia de que esses espaços são públicos e, portanto, pertencentes aos adultos,

[6] Retirado de: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/06/12/fiscalizacao-retira-47-criancas-e-adolescentes-de-situacao-de-trabalho-infantil-em-boa-vista.ghtml
[7] Retirado de: https://veja.abril.com.br/mundo/mundo-falha-em-erradicar-trabalho-infantil-que-ainda-afeta-138-milhoes-de-criancas/
[8] Retirado de: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/florida-discute-trabalho-infantil-para-preencher-vagas-de-imigrantes/

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> enquanto as crianças são vistas como pertencentes aos espaços domésticos e privados, necessitando de proteção até se tornarem adultos. O conceito de infância é uma construção social e histórica baseada na dicotomia entre idade adulta e infância. (Watson, 2006b apud Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 105)

Somado a isso, adiciona-se a outro ponto levantado por Watson: “crianças não são devidamente estudadas na disciplina porque as áreas em que elas estão mais visíveis são sub examinadas pelas teorias” (Watson, 2008, p. 11 apud Martuscelli, 2013, p.105). Sendo assim, é possível observar que existe um certo tipo de comodismo da disciplina ao não focar em estabelecer as crianças como atores definitivos das relações internacionais, pode-se visualizar isso em duas vertentes, a primeira se baseia na ideia de que existe as subáreas que abordam a temática das crianças e a segunda onde as crianças são enxergadas como uma responsabilidade delegadas aos adultos, ou seja, sua voz e opiniões são deixadas em segundo plano ou ignoradas completamente.

As Relações Internacionais também são uma categoria/disciplina que delegam às crianças uma função passiva, ou seja, as colocam à margem. As autoras Luara Dias dos Santos, Joana D’arc Moreira e Marrielle Maia (2024) alegam que as crianças são colocadas em uma posição de proteção e intervenção, raramente são posicionadas em um lugar de capacidade de influência aos rumos de sua vida ou quais funções ou não querem ter ao moldar seu lugar no mundo.

As autoras pontuam em seu estudo “Infância e Relações Internacionais: Reflexões Sobre Experiência de Subalternidade e Agência Invisível de Crianças na Disciplina” que os trabalhos e estudos de Gayatri Spivak, destacando a teoria da subalternidade, surge como alternativa de caminho para entender como um grupo considerado grande em número não possui poder ou influência para moldar diretrizes de seu próprio núcleo no cenário internacional. As autoras pontuam que:

> No contexto das crianças, essa teoria nos permite explorar como elas são relegadas a um papel passivo nas relações internacionais, sem espaço para expressar suas preocupações ou influenciar os processos decisórios. Diante disso, considerando a profunda ligação entre os acontecimentos no sistema internacional e os desdobramentos acadêmicos, defende-se que a subalternidade infantil nas RIs pode ser vista, portanto, como uma condição imposta pela dominação adultocêntrica, que presume que as crianças são incapazes de compreender ou participar dos mecanismos globais de poder constituintes das relações internacionais (Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 99)

Desse modo, embora as crianças sejam frequentemente utilizadas em discursos de apelo emocional para mobilizar transformações globais, elas

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

permanecem excluídas dos processos decisórios que impactam diretamente sua sobrevivência e trajetória de vida. As crianças são frequentemente tratadas como indefesas e sem capacidade efetiva de interferir nos acontecimentos. Entretanto, como as autoras supracitadas abordam, são “frequentemente retratadas como vítimas indefesas em crises globais, as crianças têm desempenhado papéis ativos em cenários de conflito, adaptação a crises ambientais e ativismo social” (Santos; Moreira; Maia, 2024. p. 99), ou seja, as crianças efetivamente vivem e convivem com as principais temáticas da atualidade como conflitos civis, guerras e as consequências das mudanças climáticas, todavia, são deliberadamente colocadas na posição passiva quando o assunto é contribuir e explicitar suas opiniões na tomada de decisões, bem como nas leis em que esses temas são centrais para os debates.

Todo esse cenário pode ser sintetizado em duas ideias centrais, no contexto da subalternidade das crianças: segundo as autoras, a primeira ideia sendo a infância enquanto fase da vida que é enxergada como apolítica e a segunda ideia sendo a crença de que as crianças são por natureza incapazes de tomar decisões profundas sobre a própria vida. A partir dessas premissas, é possível imputar o paradigma que esse cenário apresenta, uma vez que se as crianças passam e são afetadas diretamente na fase da infância por situações como guerras e mudanças climáticas elas deveriam ter voz ativa no processo de melhorias para suas próprias vidas, mas infelizmente o que ocorre são vozes adultas, que majoritariamente não vivenciam as mesmas situações e acabam impondo suas crenças sobre o que é melhor para as crianças, esse contexto é replicado tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional.

Outra questão relevante refere-se à forma como as Relações Internacionais tradicionalmente concebem as crianças como sujeitos desprovidos de agência política, sendo, portanto, consideradas irrelevantes para os temas centrais abordados pela disciplina

> A invisibilidade dessas contribuições nas estruturas internacionais reflete uma lacuna crítica nas narrativas hegemônicas das RIs, que tradicionalmente desconsideram atores fora da moldura convencional de poder, como crianças (Enloe, 1990 apud Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 102)

Nesse sentido, a obra "pode o subalterno falar" de Gayatri Spivak (1988) determina a subalternidade como uma visão distorcida do ocidente acerca dos

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

sujeitos do chamado terceiro mundo, que são marginalizados e silenciados, já que a perspectiva ocidentalista acredita que o discurso desses grupos não tem importância ou poder, dessa forma é possível visualizar a relação entre as crianças e essa teoria. Por outro lado, a visão ocidental é mais colaborativa, no sentido de que a comunidade cuida das crianças colaborativamente.

As crianças, assim como suas requisições, necessidades e anseios, quando são considerados, são moldados a partir de uma visão adultocêntrica. Esse cenário soma-se à falta de uma agência política que as representem, colocando-as numa posição de subalternidade. Desse modo, o resultado da soma que existe entre a falta de uma agência política que as representam e a posição de subalternidade perante o sistema internacional que são forçadas a ocupar, resulta em sua total invisibilidade. Como apresenta as auroras:

> É possível inferir que as crianças, no contexto das RIs, passam por uma experiência de subalternidade. Tendo como base as contribuições de Spivak (1988), é possível relacionar esse conceito com a realidade das crianças (como grupo) nas Relações Internacionais, visto que suas experiências e necessidades são sempre narradas por terceiros nos espaços de discussão da política. Nesse sentido, a subalternidade das crianças torna-se especialmente evidente em contextos de guerra e migração (Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 113).

A proposta de Spivak (1988) não trata exclusivamente do caso das crianças, mas se encaixa em sua realidade, “não se deve falar por ele(a)s, mas é possível trabalhar a favor de seu reconhecimento e contra as amarras que entrelaçam as relações de subalternidade culturalmente construídas” (Spivak, 2010 apud Farah; Pereira, 2022, p. 225). Nesse sentido, Spivak (1988) argumenta que o subalterno ou sujeito que é marginalizado, não tem sua voz ouvida e levada em consideração no sistema internacional (também relativo ao poder colonial[9]). Pois, as instituições e agências de poder predominantes não fazem questão de suas opiniões ou os silencia deliberadamente para manter e projetar seu poder, isso ocorre em diversos âmbitos entre eles na criação das legislações, na teoria e também no âmbito acadêmico.

De acordo com o que foi anteriormente indicado, mesmo que em outras áreas do conhecimento como Geografia ou Antropologia as crianças sejam reconhecidas como atores, o histórico das Relações Internacionais ainda não as reconhece,

[9] Existem vários sistemas que podem refletir o colonialismo, dentre eles destacam-se as consequências históricas, sociais, culturais, ontológicas e epistêmicas, dessa forma, mesmo que não fosse proposta principal da autora, as crianças são diretamente impactadas por esse contexto.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

entretanto, é importante citar como número de trabalhos da disciplina sobre alguma característica das crianças nas Relações Internacionais vem crescendo[10]. É possível compreender que as crianças são atores constantemente invisibilizados pelas Relações Internacionais, em diversas áreas que a disciplina abrange, mesmo que participem ativamente de diversos âmbitos como guerras, processos migratórios e tráfico internacional, por exemplo. É imprescindível dar a devida atenção para esse grupo para que a fase da infância e consequentemente as crianças no geral tenham possibilidade e o direito de participar e moldar as decisões que determinam sua trajetória de vida.

Martuscelli (2013) aborda que “considerar o indivíduo como um ator internacional contribui para desconstruir as ideias tradicionais de poder” (op.cit. p.114), esse trecho apresenta uma das perspectivas sobre a atual situação das crianças nas relações internacionais. As teorias clássicas não têm interesse em mudar a posição de principal protagonista do “Estado” e dar voz a outros grupos como relevantes para as Relaçoes Internacionais, e as teorias críticas contemporâneas tem receio de que em dar voz para as crianças como atores do campo acabe tirando a força dos sujeitos que protagonizam o objetivo principal das teorias, como por exemplo a teoria feminista.

Sob outra perspectiva, as autoras Luara Dias dos Santos, Joana D’arc Moreira e Marrielle Maia (2024) apresentam uma cosmovisão sobre as crianças como atores internacionais. A partir da teoria da subalternidade de Gayatri Spivak (1988) as autoras apontam como as crianças são deliberadamente excluídas das principais esferas de poder por conta da dicotomia adulto crianças as situa apenas no âmbito doméstico, ou seja, existe a figura de um adulto para intermediar suas vontades, assim sendo desnecessário alçar uma posição de poder à elas, segundo a visão adultocêntrica.

As características mencionadas servem como termômetro para compreender que majoritariamente as crianças são alvo de uma visão limitante que provém, apenas do olhar de proteção e intervenção, e frequentemente são silenciadas pela vozes adultas que não permitem que participem ativamente de decisões para suas

[10] Destaca-se, nesse sentido, o Grupo de Estudos sobre Infância e Relações Internacionais (GeiRI) que publicou um glossário com trabalhos acerca das Relações Internacionais e a Infância, disponível em: https://drive.google.com/file/d/162jKIjhwllj0RCSjjVJ4Zdl7oNl9dC17/view?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaeW7Y2dSSJNMZaanTBx4KG_h8vvUzPpZCICeUe-KJKkOt0ERFT6JIPIEM0I9g_aem_cOmllxy0-EDEp2nbr18OhQ Acesso em: 15 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

vidas, essa conjuntura é fruto de uma construção histórico-social, mas também vem de um lugar de marginalização das crianças:

> considerando a profunda ligação entre os acontecimentos no sistema internacional e os desdobramentos acadêmicos, defende-se que a subalternidade infantil nas RIs pode ser vista, portanto, como uma condição imposta pela dominação adultocêntrica, que presume que as crianças são incapazes de compreender ou participar dos mecanismos globais de poder constituintes das relações internacionais. (Santos; Moreira; Maia. 2024. p. 99)

Portanto, as crianças são automaticamente sentenciadas à posição de subalternidade e prosseguem em um lugar que sua voz não é ouvida. Se esse caminho for o único oferecido a elas, é provável que quando cheguem à fase adulta sejam, ainda, colocadas em grupos permanentemente sem poder no sistema internacional, por isso é preciso quebrar esse ciclo de invisibilização das crianças, para que no futuro possam ser adultas com voz ativa em mudanças necessárias que efetivem melhorias a sua realidade.

Nas Relações Internacionais é central o debate acerca do “falar e ser ouvido”, pois o conceito de ser ouvido nesse campo de estudo vem de um lugar que denota poder. A partir dessa perspectiva, olhando para temática central desta pesquisa, conclui-se que as crianças num geral são de diversas maneiras silenciadas, no caso das crianças imigrantes, esse lugar é ainda mais complexo, ademais da barreira linguística que existe em alguns casos, sua situação influencia diretamente no pressuposto que terceiros “escutem” suas necessidades, para depois, no mais otimista dos cenários, se crie políticas públicas com a intenção de mitigá-las. A criação de espaços e condições para as crianças se expressarem é apenas um dos passos necessários para que seus direitos sejam efetivados.

Em suma, a posição das crianças nas Relações Internacionais vai muito além da disciplina não as considerar como atores, está relacionado à estruturação do poder no sistema internacional e em como incluí-las ou estruturar teorias que as incluam. Além disso, é necessário se criar mecanismos tanto na academia quanto nas estruturas estatais para que as vozes das crianças sejam ouvidas, e quando se trata das crianças imigrantes esse olhar necessita atender as necessidades particulares. Que incluem tópicos relacionados às migrações e a importância da infância bem como questões linguísticas e educação, que serão abordados na seção seguinte.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

1.2 AS MIGRAÇÕES E A INFÂNCIA

O século XXI é marcado por deslocamentos, isso inclui a movimentação de informações, dinheiro, mercadorias e pessoas em várias etapas da vida, atualmente a realidade, no âmbito das migrações, é que existem mais pessoas fora do seu país de nascença do que nunca antes foi visto (Cernadas; García; Salas, 2014, p. 10). Entender e estudar as migrações é uma tarefa complexa que envolve vários fatores, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) refere-se ao termo imigrantes de forma pouco abrangente, apenas para definir que uma pessoa se deslocou do seu local habitual de residência para um outro lugar sendo dentro do mesmo país ou para um país diferente, de maneira temporária ou permanente e as motivações sendo as mais variadas.

Dentro desse contexto, consequentemente ocorre a migração de crianças e adolescentes. François Crépeau o relator especial sobre os direitos humanos dos imigrantes em seu relatório à ONU identificou que “embora haja instrumentos internacionais e nacionais destinados à proteção e promoção dos direitos das crianças imigrantes, as legislações e políticas nem sempre consideram esses direitos como prioridade” (Crépeau, 2013, n.p.), ou seja, as crianças imigrantes encontram inúmeras barreiras para alcançar e viver à luz de seus direitos. Almejar que esses direitos se concretizem na vida das crianças e adolescentes, ainda que sejam garantidos por leis já existentes e atribuídos ao Estado, continua sendo um desafio significativo.

A migração e refúgio infantil trazem grandes desafios, entre eles a perda da ingenuidade e consequentemente a perda da infância, ademais, é necessário não deixar que esse processo apague também a individualidade de cada indivíduo, pois “não existem infância e criança no singular, mas infâncias e crianças no plural, considerando que elas se apresentam em campos históricos-sociais-culturais” (Siqueira, 2022. p 11).

A falta de estrutura e de políticas específicas que cuidam desse público tornam o migrar infantil frágil e desprotegido. O livro “Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio” da Coleção Oba-Obá. Vol. 2. organizado por Flávio Santiago, Katia Cristina Norões e Maria Walburga dos Santos cita diversas obras que apresentam a realidade das crianças imigrantes e das crianças em

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

deslocamento. No capítulo 9 acerca da temática “Migrações, refúgio e deslocamentos: perspectiva intercultural de acolhimento desde a infância” Paulo Daniel Farah e Artur Oriel Pereira afirmam que:

> A infância no contexto das migrações é marcada por uma visão adultocêntrica e ambígua a respeito das crianças, caracterizada pela rejeição e pelo interesse em educar e cuidar, quase sempre, repleta de preconceitos e estereótipos camuflados nos conceitos usados para defini-las (Farah; Pereira, 2022, p. 217)

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender o panorama da situação de vulnerabilidade enfrentada por crianças imigrantes diante do processo de deslocamento e adaptação a uma nova realidade. Esse contexto envolve tanto variáveis tangíveis, como dificuldades financeiras bem como carência de infraestrutura, quanto aspectos intangíveis, como preconceitos, estereótipos e impactos psicológicos. Tais fatores exercem influência significativa sobre o processo migratório infantil, afetando profundamente uma fase crucial do desenvolvimento humano, responsável pela formação de diversas características pessoais e sociais.

A migração e as políticas sobre mobilidade afetam diretamente a vida das crianças e adolescentes (Cernadas; García; Salas, 2014, p. 10), além de retratos das constantes violações dos direitos dos imigrantes pelo mundo. Esse cenário deveria ser o ponto de partida necessário para que houvessem ações e políticas públicas pensadas diretamente para o grupo infantil nessas circunstâncias, entretanto, o que se vê são cenários de “migrações de crise”, temática abordada por Julia Bertino Moreira e Janine Hadassa Oliveira Marques Borba (2021), que será tratado de maneira sucinta, mas se faz importante para o total entendimento das migrações contemporâneas e no caso dessa pesquisa, os processos migratórios na infância.

Para Moreira e Borba (2021), é importante introduzir e pensar o conceito de “migrações de crise”, que mesmo dentro de sua complexidade, pode ser definido com os indivíduos e coletividades que se movem em condições mínimas para outras localidades à procura de maneiras de sobrevivência, ou seja, necessidade. Esse conceito está envolto no entendimento que essas coletividades estão ou passam por um momento de extrema vulnerabilidade seja em âmbitos políticos, econômicos ou ambientais (Moreira; Borba, 2021, p. 9).

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Dessa forma, cabe o destaque que as crianças estão entrelaçadas em uma situação onde o lugar que vivem já é considerado instável tal como o deslocamento e a chegada para onde vão é repleta de incertezas e dificuldades. Sob esta ótica, é importante salientar as limitações das teorias atuais das Relações Internações em estabelecer critérios que englobam as características específicas das migrações contemporâneas e também o que isso representa para a infância.

O trabalho de Cernadas, García e Salas (2014) destaca cinco categorias, que os autores consideram essenciais, entretanto, não totalmente abrangentes para entender o contexto de migração de crianças e adolescentes, são elas: 1) Crianças e adolescentes que permanecem em seu país de origem, nesses casos são filhos e filhas de pais que migraram; 2) Crianças e adolescentes não acompanhados ou separados, nesses casos os “não acompanhados” são aqueles que foram separados dos pais e que não estão ao cuidado de nenhum adulto e também o caso de “crianças separadas” que são aquelas que não estão em processo de migração com os pais e sim com outros parentes relacionados; 3) Crianças e adolescentes acompanhados são aqueles que migram junto a seus pais; 4) Crianças e adolescentes nascidos no destino são aqueles que nasceram no destino de migração que os pais decidiram e entram num critério jurídico mediante a lei desse país (*ius sanguinis o ius soli*) com a possibilidade de ter ou a nacionalidade dos pais, a nacionalidade do país de destino ou em alguns casos dupla nacionalidade; 5) Crianças e adolescentes retornados, são aqueles que por alguma motivação como por decisão voluntária, repatriação ou deportação retornam ao pais em que nasceram ou o país em que seus pais nasceram (Cernadas; García; Salas. 2014, p. 10 e 11). Essas categorias são necessárias para nortear o debate sobre crianças e adolescentes em processo de deslocamento, entretanto, como os autores ressaltam, elas não são capazes de englobar todos os casos de migração infantil que ocorrem na contemporaneidade.

Jacqueline Bhabha (2014) traz uma perspectiva em sua obra “Child Migration & Human Rights in a Global Age”[11] sobre a relação entre a migração infantil e os direitos humanos nos dias de hoje bem como a migração é um fenômeno perceptível, relevante e impossível de se ignorar para os debates acerca de direitos humanos.

[11] Tradução: Migração Infantil e Direitos Humanos em uma Era Global.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Mediante a isso, é inegável a participação e relevância das crianças nas migrações em todo o mundo, uma vez que estão majoritariamente envolvidas e sentem diretamente em suas vidas os motivos que levam as pessoas a migrarem e as consequências desse processo. As crianças são uma coletividade diretamente afetada pelas políticas migratórias, mas principalmente pela falta de mecanismos pensadas para elas especificamente, ou seja, estruturas que foquem em proteger os direitos humanos, e nesse caso principalmente, os direitos das crianças em relação ao bem estar, à saúde, à educação e, sobretudo, o direito à proteção à infância.

Bhabha descreve e apresenta um panorama sobre as migrações e as crianças:

> Todos os anos, dezenas de milhares de crianças cruzam fronteiras sozinhas. Algumas viajam para se juntar a famílias que já migraram. Outras saem de casa para fugir de guerras, conflitos civis, desastres naturais ou perseguições. Algumas migram em busca de trabalho, educação, oportunidades e aventuras. Outras viajam separadas de suas famílias, mas não sozinhas, na companhia de traficantes ou contrabandistas, correndo o risco de exploração e abuso. A maioria, talvez, viaje por uma combinação de razões, parte da tendência crescente de migração mista. E, no entanto, a complexidade da migração infantil é uma história em grande parte não contada e não analisada. (Bhabha, 2014, p. 15, tradução minha)

Ademais, é fundamental destacar que, mesmo diante do contexto dos fluxos migratórios contemporâneos, crianças imigrantes continuam inseridas em um limbo normativo na grande maioria dos casos. Entretanto, há exceções como por exemplo, quando a pedido do MERCOSUL, a Corte Interamericana determinou um limiar de proteção às crianças migrantes[12]. Nesse contexto, sua condição de deslocamento depende da mediação de terceiros, sendo frequentemente condicionada à atuação de agentes intermediários como pais, coiotes, guias ou outras figuras. Tal cenário evidencia a marginalização da proteção à infância e aos direitos humanos fundamentais, que acabam sendo relegados a um plano secundário, tanto no quesito das políticas públicas quanto no reconhecimento institucional dessas demandas como prioridades essenciais. Para muitas dessas crianças, migrar representa não apenas uma escolha, mas uma estratégia de sobrevivência diante de contextos de extrema necessidade e vulnerabilidade.

[12] Norma consultiva da corte internacional para o Mercosul. Disponível em: https://ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2014/12/Nota-de-difusi%C3%B3n-OC-21-Por-alta-1.pdf Acesso em: 28 jul. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Por conseguinte, em algumas situações, outro aspecto relevante refere-se à ausência de uma figura adulta responsável pela criança imigrante, o que acarreta sérias implicações legais. Dentre os acontecimentos possíveis, a criança pode acabar sendo tratada como um adulto perante o sistema jurídico, sendo encaminhada a audiências com autoridades judiciais sem compreender plenamente a situação a que está submetida, tampouco dominar o idioma utilizado nos procedimentos[13]. Bhabha realiza o apontamento de que “Em muitos casos, as crianças imigrantes que não tinham famílias para cuidar deles tornou-se responsabilidade de organizações comunitárias da diáspora dos seus países de origem” (Bhabha, 2014, p. 2, tradução minha).

Ademais, vale ressaltar que, as crianças imigrantes também podem acabar sendo consideradas pelos mecanismos dos países de destino com criminosos e ou problemas futuros desse Estado e por isso serem tratadas com descaso e ou violência, Bhabha ressalta que

> Por um lado, as crianças migrantes pareciam exigir atenção protetora porque tinham ou estavam em risco de não terem adultos cuidando deles. Por outro lado, as crianças migrantes pareciam para alguns dos principais formuladores de políticas necessitarem de atenção punitiva devido à sua presença como suspeitos de gangues ou de outras ameaças a estranhos foi interrompido ativas e colocaram desafios às estruturas estatais existentes. (Bhabha, 2014, p. 3, tradução minha)

Nesse sentido, a migração possui particularidades dependendo da localidade onde ocorrem, pois representam em termos econômicos, políticos e culturais diferentes abordagens e resultantes tanto para o Estado, que é o destino dessas pessoas em deslocamento, quanto para as próprias pessoas que passam por esse processo. No presente trabalho essas pessoas são crianças que demandam políticas públicas específicas e pensadas de um ponto de vista que leve em consideração as necessidades dessa fase da vida e também um processo de acolhimento diferenciado.

---

[13] Conteúdo complementar retirado de: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c62g5d0221go; https://edition.cnn.com/2025/04/17/politics/immigration-court-minors; Acesso em: 15 jun. 2025.
Vídeo de crianças desacompanhadas sendo levadas à corte de Nova York mediante a um juiz, disponível em: https://youtube.com/shorts/8qQzL_RnZ8Y?si=tGABzyKN0MVZRv_L Acesso em: 15 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

O significado de migração é amplo, não é possível interpretá-la apenas como deslocamento geográfico, ou seja, sair de um lugar para outro, pois se trata de um conceito plural que possui vários significados histórico-sociais. Unificando o conceito de migrar com o conceito de infância é necessário que se enxergue a criança para além de apêndice da família, pois mesmo que o âmbito acadêmico, como por exemplo as Relações Internacionais, enxergue as crianças como um grupo sem agência, ou seja, que tecnicamente não pode requerer seus direitos, esse pensamento deve ser modificado para se enxergar esse grupo de maneira além, requerer seus direitos bem como ajudar a criá-los e implementá-los.

> As crianças migrantes precisam ser vistas como agentes cujas aspirações são relevantes para a tomada de decisões institucionais. Preocupações legítimas sobre o incentivo ao trabalho infantil, a restrição de oportunidades educacionais ou a condescendência com formas de exploração infantil não justificam tratar adolescentes migrantes como crianças do ensino fundamental. O delicado equilíbrio entre a proteção familiar e a autonomia juvenil, entre as oportunidades educacionais e de emprego, deve ser estabelecido em parceria com os próprios jovens migrantes. As alternativas, como mostro nos capítulos finais do livro, são o encarceramento ou a fuga e o retorno a ambientes de risco nas ruas (Bhabha, 2014, p. 10, tradução minha).

É importante salientar que as motivações para migração não podem apenas serem categorizadas como únicas, mas sim um conjunto de circunstâncias que levam as pessoas a se deslocarem de um lugar a outro. E esse fator é de extrema relevância para o estudo e a análise das migrações como também crucial para se pensar nas necessidades das pessoas envolvidas nesse contexto. Em sua obra, a autora Bhabha (2014) evidencia a relevância de compreender a migração como um fenômeno pluridimensional e abrangente, característico do século XXI, que impacta de maneira significativa tanto crianças quanto adolescentes

> crianças e adolescentes migrantes estavam se deslocando em busca de vários elementos fundamentais de uma vida que respeita os direitos, ausentes em seus países de origem—segurança, acolhimento, oportunidades educacionais, perspectivas econômicas e talvez uma vida familiar. A dicotomia entre migração forçada e migração econômica estava cedendo lugar a um reconhecimento, também para as crianças, da realidade da migração mista (Bhabha, 2014, p. 5, tradução minha).

Somado a isso, outro destaque base que a autora traz para o debate é o caráter de sobrevivência que as migrações abordam, na maior parte das vezes

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

realizar um processo de migração traz uma carga de necessidade extrema, ou seja, não existe outra opção na vida das pessoas além de migrar.

> Outro aspecto significativo da migração infantil é que ela é impulsionada principalmente pela busca por sobrevivência, oportunidades e uma vida viável. Assim como os adultos, um grande número de crianças e adolescentes cruza fronteiras todos os anos em busca de um futuro. Alguns refugiados e requerentes de asilo viajam para escapar de conflitos armados, conflitos étnicos, discriminação religiosa ou formas mais individualizadas de abuso pessoal. Outros fogem da miséria, do desemprego ou da desintegração social. Em ambos os casos, os jovens migrantes aspiram a um futuro mais seguro e respeitador de direitos do que o passado que deixaram para trás (Bhabha, 2014, p. 10, tradução minha).

É fundamental destacar que, embora muitas abordagens conceituais e classificações sobre migração enfatizem que os indivíduos migram, em sua maioria, em busca de um futuro melhor, no caso da migração infantil, essa lógica precisa ser reconsiderada. Para as crianças, o presente assume um papel central. Assim, a noção de “buscar um futuro melhor” deve ser reinterpretada como a necessidade de garantir um presente que assegure o direito a uma infância plena, protegida e vivida em sua integralidade.

A fase da primeira infância exerce papel fundamental na formação de diversas características e na constituição da personalidade da criança. Nesse período, é essencial assegurar o pleno exercício de seus direitos, como o acesso à saúde de qualidade, à educação, ao lazer e, sobretudo, ao direito de vivenciar a infância em sua integralidade. A negação desses direitos, especialmente diante de situações de vulnerabilidade e privações precoces, pode levar a um amadurecimento forçado, comprometendo o desenvolvimento saudável e equilibrado da criança.

Nesse sentido, o impacto emocional do amadurecimento precoce, enfrentando preocupações típicas da vida adulta aos dez anos, por exemplo, ou temores sobre o que comer, vestir e onde dormir são constantes na vida de algumas crianças que enfrentam a migração infantil. A infância é uma fase irrepetível do desenvolvimento humano. Assim, embora o ato de migrar esteja frequentemente associado à projeção de um futuro melhor, é fundamental considerar que, durante a infância, o presente deve ser valorizado. Garantir condições adequadas no presente

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

é essencial para a proteção da infância e da inocência, elementos cruciais na formação do grupo infantil que está em processo de descoberta do mundo.

Diante desse cenário, inicia-se uma nova etapa na trajetória dessas crianças. Importa destacar que esse processo não se configura como linear, acessível e descomplicado. Pelo contrário, trata-se de um percurso marcado por procedimentos complexos e burocráticos, que, muitas vezes, não alcançam plenamente os objetivos a que se propõem. Todavia, centralizando o foco do debate nas crianças, deve-se começar a pensar na inserção no destino da migração.

Atualmente, na legislação brasileira, neste caso o ECA, garante o direito a todas as crianças em território nacional, acesso ao direito fundamental de matrícula e ir à escola e o acesso à saúde. No passado cabia a instituições e órgãos religiosos prestar o acolhimento dessas crianças e orientá-las no caminho de uma profissão, ou seja, essas crianças começam a vida laboral muito cedo, “As instituições que acolhiam os órfãos e desprotegidos, muitos de famílias de migrantes, orientavam as profissões futuras para diferentes destinos” (Demartini, 2022, p. 48) e também pode-se acrescentar “o trabalho das crianças como elemento constitutivo do processo de inserção e ascensão social das famílias imigrantes” (Demartini, 2022, p. 47). Atualmente, existem mecanismos legais mais rigidos de combate ao trabalho infantil no Brasil, entratanto, ainda existem casos de crianças submetidas a exploração trabalhista.

Partindo para o âmbito escolar existem inúmeros percalços e debates que precisam ser feitos, como destaque é necessário estabelecer que apenas a matrícula não garante de fato que a criança possa desenvolver suas habilidades e frequentar a escola de maneira contínua. Dentre dificuldades é possível citar as crianças que não possuem documentação e responsáveis maiores de idade para efetuar as matrículas, as que não possuem acesso a informação de que tem direitos a frequentar uma escola, e também os aspectos linguísticos, ponto essencial para a temática de crianças imigrantes.

Zeila Demartini (2022) realiza uma abordagem em que destaca o papel da escola na vida das crianças e famílias imigrantes, um dos pontos levantados pela autora é como a escola é responsável por realizar a assimilação dos imigrantes:

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> Quando se olha mais detalhadamente, é a escola que é o foco dessas políticas dessa relação, porque era na cabeça das crianças e dos jovens que precisava ser incutida a ideia de que eles deveriam deixar de ser estrangeiros, (italianos, portugueses, japoneses, alemães…) passando a ser brasileiros. (Demartini, 2022, p. 37).

Aqui, observa-se um traço característico das migrações ocorridas a partir da segunda metade do século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, o perfil das migrações e dos migrantes passou por transformações significativas ao longo do século XXI, adquirindo novas configurações. Ao tratar da temática migratória, é fundamental reconhecer que cada região apresenta dinâmicas e demandas específicas em relação aos fluxos migratórios. No caso deste estudo, destaca-se a relevância de considerar os movimentos migratórios na região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Ainda que as nacionalidades envolvidas tenham se alterado em relação ao contexto histórico mencionado persiste o anseio de tornar as crianças imigrantes que frequentam as escolas no Brasil, de certa forma brasileiras.

> Quando miramos os direitos sociais de minorias construídos ao longo da história, vemos que eles ainda repousam no discurso da tolerância. Condição esta que se manifesta, muitas vezes por meio do discurso de ódio contra refugiado(a)s, deslocado(a)s, migrantes e apátridas no Brasil. (Farah; Pereira, 2022, p. 219)

Infere-se assim a necessidade “de uma perspectiva inclusiva, justa, igualitária, aberta para a promoção do respeito, dos direitos humanos e da educação para o desenvolvimento sustentável no contexto das escolas públicas” (Farah; Pereira, 2022, p. 220). Como resultado, torna-se necessário pensar na inclusão de maneira respeitosa às crianças imigrantes nas escolas do Brasil, sem que o oferecimento da educação propague o apagamento da identidade das crianças imigrantes, mas sim possa incluí-las de maneira respeitosa ao cotidiano da escola e da sociedade.

> Também, é fundamental - embora seja ainda pouco feito - a incorporação de projetos educacionais e culturais da diversidade de experiências que os imigrantes e suas famílias carregam para seus contextos de adoção e nas escolas, incluindo suas línguas de origem. (Demartini, 2022, p. 56)

A ONU estabeleceu um conjunto de normativas para fomentar o desenvolvimento sustentável, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro desses objetivos são abordados vários temas, para

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

interesse deste estudo destaca-se o quarto tópico, educação de qualidade, que tem como foco promover a educação inclusiva, equitativa assim como de qualidade e isso inclui todos os públicos, ou seja, refugiados, apátridas ou imigrantes estão incluídos nesse objetivo, tanto para adultos quanto crianças.

Nesse sentido, é fundamental estabelecer que uma educação de qualidade engloba a conscientização quanto aos direitos humanos, respeito à cultura e a promoção da paz (Farah; Pereira, 2022, p. 221), no caso das crianças se faz necessário o compromisso dos órgãos competentes em estabelecer no ambiente escolar um espaço onde a criança se sinta acolhida e segura para desenvolver conhecimentos, despertar habilidades e estreitar laços sociais. Dessa forma, torna-se necessário incluir de forma profunda uma política de acolhimento e integração das crianças imigrantes nas escolas, isto é, a compreensão que a "educação intercultural no contexto mais amplo da cidadania crítica e democrática, e não meramente fazer uma apreciação contemplativa das riquezas de vários grupos étnicos" (Akkari, 2015 apud Farah; Pereira, 2022, p. 223).

Embora seja necessária a inclusão das crianças imigrantes no contexto escolar para além da garantia de que estejam matriculadas em alguma instituição de ensino, é essencial que essa integração ocorra num espectro mais amplo do cotidiano escolástico, todavia, é uma prática recorrente no Brasil a abordagem cultural assimilacionista, isto é, "Promovendo a integração na sociedade pela incorporação à cultura hegemônica e pela deslegitimação de saberes e línguas de grupos historicamente subalternizados" (Farah; Pereira, 2022, p. 224).

É válido ressaltar que esses processos muitas vezes são responsáveis pelo apagamento gradativo da identidade das crianças imigrantes na escola, seus conhecimentos prévios vão sendo progressivamente apagados e substituídos pelos ensinamentos que ali os moldam para que no futuro possam se reconhecer como brasileiros, apesar que a mesma sociedade seja a responsável por impor esse método, frequentemente e sistematicamente não os reconhece como parte integrante da comunidade, mas sim, permanentemente estrangeiros. Esse cenário faz parte de "um projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitimar dialetos, saberes línguas, crenças, valores 'diferentes', pertencentes

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

aos grupos subordinados, considerados inferiores explícita ou implicitamente" (Candau, 2008, p. 50 apud Farah; Pereira, 2022, p. 224).

O acolhimentos das crianças imigrantes deve ser pensado para além de práticas simplistas, esses protocolos e políticas de acolhimento são de extrema importância para se cultivar e almejar a integração, mas também se faz necessário uma organização a partir da perspectiva que vá além de ser uma responsabilidade do papel do professor(a) em sala de aula:

> Não basta introduzir as crianças migrantes na sala de aula e esperar engajamento dos(as) professores(as) para dar conta do acolhimento e experiências significativas para as crianças. Faz-se urgente uma reflexão de qual é o papel e a participação da gestão escolar e de todos(as) os(as) profissionais da escola nesse processo, destacando, inclusive, quais são as práticas educativas que poderão favorecer o respeito ao próximo e a solidariedade, de modo que se contemplem os pertencimentos culturais, étnico-raciais, de gênero e os direitos humanos (Pereira, 2021, p. 961 apud Farah; Pereira, 2022, p. 232).

Torna-se evidente, portanto, que a relação entre migrações e infância é complexa e exige além de um olhar sensível ao tema uma perspectiva abrangente, ou seja, existem diversos desdobramentos que, nesse viés, determinam não só o presente imediato, mas a vida inteira de pessoas que não chegaram, muitas vezes, nem aos dez anos de idade. A migração infantil, em sua grande parte age como um usurpador da inocência da criança, as forçando a crescer de forma acelerada, se tornando responsáveis por assuntos complexos. As crianças são inseridas em contextos previamente estruturados por adultos, nos quais se veem forçadas a assumir papéis para os quais não possuem autonomia ou poder de decisão. Frequentemente, essa imposição ocorre em detrimento da garantia de seus direitos fundamentais, especialmente o direito à vida digna e protegida.

Por fim, destaca-se o olhar unificador que a temática traz, enquadrando todos os indivíduos como um único grupo sem prestar atenção às singularidades e particularidades, "cada pessoa é única e constitui uma referência importante para quem procura fomentar práticas de acolhimento no âmbito das migrações, de educação e das infâncias" (Farah; Pereira, 2022, p. 231). Mesmo que algumas teorias tentem contestar, é cada vez mais consolidado que desde o início da vida as crianças desempenham papel de atores de transformação.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Em suma, a migração infantil apresenta diversas facetas, em sua maioria, representam para as crianças, inúmeras barreiras e dificuldades de viver à luz de seus direitos. Ao pensar em políticas públicas a favor das crianças imigrantes é fundamental prezar pela preservação da inocência e no desenvolvimento de mecanismos de acolhimento e acompanhamento adequados para que os benefícios da infância não se percam em meio a complexidade do ato de migrar. Diante disso, a seção seguinte abordará como uma localidade afeta as migrações e como deve ser fator indispensável para se pensar as políticas locais de acolhimento para as crianças nas escolas de Foz do Iguaçu.

1.3 A TRÍPLICE FRONTEIRA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Para compreender de forma mais ampla as especificidades do tema abordado nesta pesquisa, é essencial considerar o contexto regional e local onde se desenrolam as principais questões discutidas. No caso das migrações, torna-se indispensável analisar as particularidades dessa localidade, especialmente, o município de Foz do Iguaçu, que além do fluxo migratório intenso de diversas nacionalidades, está situado na tríplice fronteira com Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). Ao tratar da presença de crianças imigrantes nas escolas públicas de Foz do Iguaçu, é fundamental reconhecer a singularidade desse espaço geográfico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2024, a população estimada do município totalizava 295.500 pessoas, com densidade demográfica de 468,51 habitantes por quilômetro quadrado. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025)

Nesta seção, serão destacados os principais aspectos da localidade, as dinâmicas migratórias na região da tríplice fronteira, a comunidade árabe na região e o papel desempenhado pelo MERCOSUL e pelo Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas na vida escolar dessas crianças. Preliminarmente, é importante destacar que a região da tríplice fronteira molda vivências e desempenha diferentes papéis na vida das pessoas que residem ou migram para a área que abrange três países distintos,

> Dentro da delimitação estão as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e, do lado paraguaio, a região metropolitana de Ciudad del Este (formada por Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú e Presidente Franco), cuja soma das

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> populações chega a quase um milhão de habitantes. Diariamente, em torno de cem mil pessoas cruzam as fronteiras, majoritariamente entre Brasil e Paraguai (Silva, 2022, p. 12).

Esse contexto permite à região da Tríplice Fronteira características singulares e complexas, que modificam, bem como dão individualidade à cada pessoa que reside na região. Esse contexto é exposto por Silva (2022), configurando-se por não ser “um espaço formalmente delimitado, supranacional ou independente. Trata-se de uma abstração para compreender certas práticas sociais que ocorrem e/ou derivam desse encontro entre os três países” (Silva, 2022, p. 12). Tais práticas sociais supracitadas têm função fundamental no cotidiano fronteiriço, portanto, influenciaram no modo de viver de todos na fronteira, inclusive das crianças.

Diante desse cenário, a multiculturalidade é presente em vários momentos do cotidiano, seja na fala, no modo de vestir, nas tradições e na alimentação. Esse intercâmbio cultural ocorre não apenas pelo fato de a região abrigar a circulação de pessoas provenientes de três países distintos, mas também devido à diversidade dos fluxos migratórios que se estabelecem, “Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. São 80 nacionalidades estrangeiras, sendo que as mais representativas são oriundas do Paraguai, Líbano, China e Argentina” (Prefeitura De Foz Do Iguaçu, 2016 apud Marques, 2017, p. 80).

A região apresenta uma enorme complexidade do ponto de vista de análise, são múltiplas as variáveis relevantes a serem pensadas para direcionar os estudos de como a região de fronteira opera, dentre os estudos destaca-se o das autoras Alexandra Carniel e Silvana Pires de Matos que pontuam:

> Destacamos que, na Tríplice Fronteira, geograficamente existem muitos aspectos a serem analisados, como por exemplo, processo de territorialização dos povos árabes em Foz do Iguaçu; dimensão burocrática da fronteira Brasil e Paraguai; especialização funcional urbana; consumo e circulação de mercadorias; periferização urbana; diversidade étnica e linguística, infraestrutura e serviços atrelados ao circuito turístico; institucionalização do Parque Nacional do Iguaçu e seu papel geopolítico; processo de apropriação da paisagem pela economia do turismo; conflitos, grupos de interesses entre outros elementos (Carniel; Matos, 2022, p. 293-294).

Essa circunstância complexa produz uma gama de assuntos que necessitam que as políticas públicas pensadas especificamente para a região, que sejam bem idealizadas para abranger e resolver as situações diversas que ocorrem no cotidiano do município de Foz do Iguaçu. Destacam-se pelo menos quatro categorias para a migração na região tríplice fronteira, sendo elas de origem “colonial, fronteiriças e

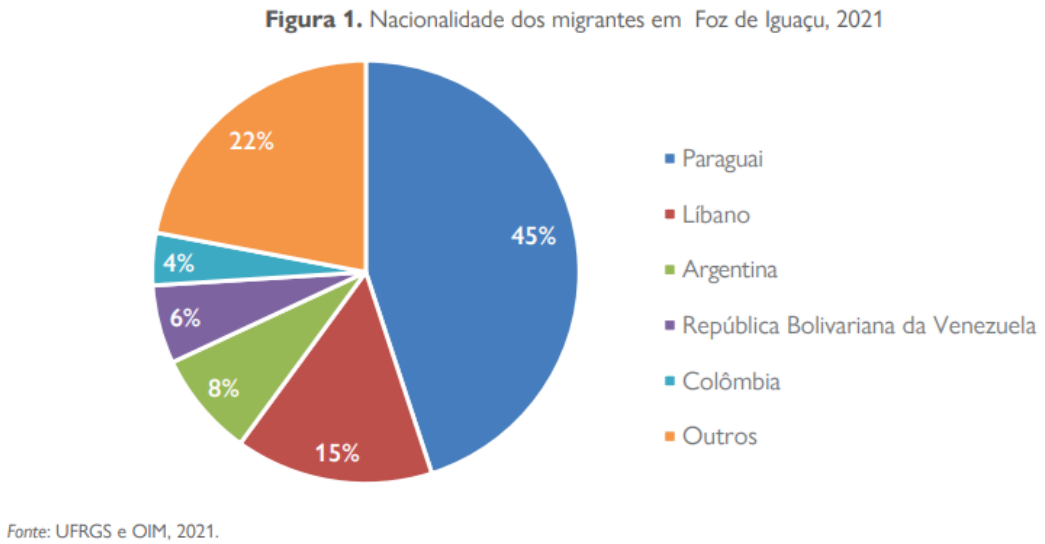
Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

comercial", essa última sendo precursora do desenvolvimento da região, principalmente pensando nas relações entre Brasil e Paraguai. Entretanto, como aborda (Silva, 2022, p. 71), a migração e os fluxos migratórios são uma constante no dia-a-dia Foz Iguaçuense, e a partir disso existe uma "nova categoria de imigrante: os estudantes", de modo que cabe à gestão municipal entender que urge a necessidade de se pensar mecanismos públicos adaptados para essas crianças.

Nesse sentido, ainda que grande parte desse estudantes imigrantes se encontrem nas universidades, ou seja, gestão estadual ou federal, as escolas de ensino básico pública recebem uma grande parcela de crianças que integram as aulas de primeiro a quinto ano, que demandam, além da matrícula, acolhimento e acompanhamento específico para as suas necessidades.

Das categorias de migração da tríplice fronteira, baseando-se em Silva (2022), as que mais se enquadram no objetivo e para a temática dessa pesquisa são as fronteiriças e de estudantes. Desse modo, pensar nas crianças imigrantes que são provenientes principalmente do Paraguai e Argentina e que estão matriculadas nas escolas públicas de Foz do Iguaçu, ademais, destacando outras nacionalidades presentes, como a relevância da comunidade árabe presente no município, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Nacionalidade dos Migrantes em Foz de Iguaçu, 2021



Fonte: Indicadores de Governança Migratória Perfil 2022 – Cidade de Foz do Iguaçu. OIM. Genebra.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

O gráfico demonstrado através da figura 1 evidencia que as nacionalidades predominantes no quesito migrações no município de Foz do Iguaçu são Paraguai com 45%, seguido por Líbano com 22%, Argentina com 8%, República Bolivariana da Venezuela com 6%, Colômbia com 4% e outras nacionalidades com 15%. Importante destacar que baseado nesses números como indicadores, as línguas mais comumente faladas entres os imigrantes que vem para o município são o espanhol e o árabe.

> A cidade tem uma considerável população migrante de língua espanhola e árabe (..) e continua a receber um número significativo de migrantes oriundos de outros países e de outras regiões do Brasil. Devido ao Acordo sobre Residência do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (ver Decreto No. 6.975 de 7 de outubro de 2009), há migração pendular de brasileiros, paraguaios e argentinos nas cidades da tríplice fronteira por diversos motivos, tais como trabalho, comércio e acesso a serviços de saúde e educação. Ademais, desde abril de 2018, Foz do Iguaçu recebeu 572 migrantes no âmbito do programa federal de interiorização — uma estratégia que faz parte da resposta do governo federal ao fluxo de migrantes venezuelanos nos estados fronteiriços com a República Bolivariana da Venezuela (Operação Acolhida) (Organização Internacional para as Migrações, 2022, p .13).

Além disso, destaca-se outro aspecto igualmente relevante para a discussão sobre a presença de crianças imigrantes nas escolas de Foz do Iguaçu: a participação da comunidade árabe no contexto educacional do município. A posição do município na tríplice fronteira traz consigo múltiplos significados e possibilidades de análise, nesse sentido a autora Regina Coeli Machado e Silva (2008) realiza um diagnóstico relevante para compreender os diversos cenários de migração na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, sob uma ótica que observa um ambiente em que se vivência um fluxo cultural e social diverso podendo ocasionar na inviabilização ou marginalização de uma parcela da população que compõe esse cenário diverso

> essa posição no espaço, que também é uma posição política e cultural, expressa bem as dificuldades de tornar visíveis os diferentes grupos de imigrantes. Tal realismo geopolítico - a cidade de fronteira entre três países – convive, de maneira surpreendente com o seu oposto: a percepção vívida da diversidade experimentada em Foz do Iguaçu, cujas razões advêm da sua história, feita de migrações sucessivas. Ela é explicitada por meio de uma das categorias de percepção imediata, elaborada pelos moradores sobre a cidade, que vêem Foz do Iguaçu como um lugar atípico (Machado e Silva, 2008, p. 358).

Assim sendo, a adjacência geográfica com países de língua espanhola não pode apagar a relevância nem a realidade que Foz do Iguaçu apresenta em seu

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

cotidiano no que tange ao número alto de imigrantes de descendência árabe, como mostra o gráfico, de sua maioria natural do Líbano. Portanto, é necessário que haja um olhar para as crianças que não falam nem português nem espanhol, mas possuem o árabe como idioma materno.

Nesse viés, Silva (2022) aborda que os imigrantes denominados extrarregionais, migraram para o espaço da tríplice fronteira mediante as possibilidades e o crescente desenvolvimento do comércio, principalmente em Ciudad del Este, no Paraguai. O autor apresenta dados do registro de estrangeiros da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu do ano de 2017, a partir do qual é possível observar as nacionalidades do Oriente Médio presentes no município:

> De todo o Oriente Médio, havia 3.267 registros, sendo 2.982 do Líbano, restando 285 de outras nacionalidades, sendo que as mais representativas eram a Síria, Jordânia e Palestina, respectivamente com 153, 58 e 28 registros. Desses números, podemos concluir que os chineses e os libaneses representam, respectivamente, 71% e 91% do total dos imigrantes da Ásia e do Oriente Médio (Silva, 2022, p. 79-80).

Ademais, cabe destacar, que existe em Foz do Iguaçu a instituição de ensino privada, Escola Libanesa Brasileira, que oferece “um número significativo de horas-aula de língua árabe (geralmente entre duas e quatro horas-aula por semana, além de aulas de reforço)” (Jalil, 2018, p. 74). Entretanto, como uma instituição de caráter privado, essa alternativa acaba não sendo de acesso a todas as crianças imigrantes falantes de árabe na cidade de Foz do Iguaçu.

Outrossim, é possível observar traços da cultura árabe no dia a dia da cidade de Foz do Iguaçu, como na gastronomia, comércios, política local e expressões culturais. (Silva, 2022, p. 81). É válido salientar que, diante aos conflitos atuais em regiões do Oriente Médio, o Brasil, por meio da operação Raízes do Cedro[14], tem repatriado brasileiros e familiares, majoritariamente descendentes de libaneses. Foz do Iguaçu recebeu 653 brasileiros e familiares repatriados da zona de conflito[15]. Portanto, é indispensável pensar em planos que possam fornecer meios de

[14] A Operação Raízes do Cedro se iniciou em outubro de 2024 a partir do acirramento do confronto entre Israel e o grupo Hezbollah para repatriar brasileiros e familiares da área de confronto, O processo de repatriação de cidadãos brasileiros é conduzido com o apoio logístico de aeronaves e de efetivos da Força Aérea Brasileira. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/operacao-raizes-do-cedro Acesso em: 18 jun. 2025.

[15] O Ministério de Relações Exteriores, por meio da Operação Raízes do Cedro no período de 4 de outubro e 27 de novembro de 2024, repatriou um total de o total de 2.663 brasileiros, desse número 25% vieram para Foz do Iguaçu. Disponivel em: https://www.radioculturafoz.com.br/2024/12/05/foz-do-iguacu-recebeu-25-dos-repatriados-da-operacao-raizes-do-cedro/ Acesso em: 16 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

integração para as crianças imigrantes que não falam português e espanhol, pois os imigrantes árabes estão presentes na realidade iguaçuense.

A partir disso, dois pontos destacam-se para o intuito dessa pesquisa, o primeiro com relação à chamada migração pendular, que como supracitado, é determinada pela migração diária para outro local, tendo como objetivo inúmeras finalidades, por exemplo, melhores condições de trabalho, saúde e educação. O Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, de 2024 define migração pendular, no destaque IV, da seguinte forma:

> Fenômeno em que o migrante ou residente fronteiriço têm a outra nação como destino cotidiano e breve, geralmente envolvendo atividades por ele desenvolvidas, como estudo, trabalho, etc; sendo que seu retorno ao país de origem onde se localiza sua resiliência habitual ocorre de maneira frequente e regular (Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, 2024, p.11).

O segundo ponto em questão está associado ao idioma, ou seja, no município de Foz do Iguaçu, é possível encontrar majoritariamente pessoas falando além da língua portuguesa, também o espanhol e o árabe, de maneira que se torna perceptível no cotidiano. Todas essas noções mesmo sendo projetadas principalmente para abranger a vida adulta se refletem nas vivências da infância, ou seja, principalmente no ambiente escolar existem crianças imigrantes que, ademais dos processos de migrações tradicionais também vivem cotidianamente a migração pendular. Dessa forma, ocorre a vivência de um processo onde na escola aprendem o português, mas em outros momentos do dia falam predominantemente espanhol, guarani ou árabe.

Outrossim, cabe ressaltar que existem instrumentos jurídicos criados para facilitar a vida diária das pessoas que vivem na tríplice fronteira, ou nesse caso específico, formas de integração fronteiriça que estão diretamente relacionadas com o papel do direito internacional público nas fronteiras. O direito internacional público e a integração fronteiriça envolvem diversos assuntos, como por exemplo a soberania dos Estados e segurança, entretanto, essa pesquisa foca em mecanismos que promovem a integração na educação. Nesse sentido, Vieira (2023) destaca que

> A integração fronteiriça é fato ordinário na vivência das comunidades situadas às margens territoriais dos Estados. As conveniências cotidianas e as oportunidades econômicas e sociais geradas pelo cruzamento das fronteiras expõe, há tempos, os dilemas existentes entre o bônus potencial

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> da facilitação à mobilidade e os riscos à segurança em suas variadas dimensões. (Vieira, 2023, p. 2-3)

Como dito anteriormente, a vida na fronteira requer mecanismos institucionais e jurídicos que sejam idealizados com o propósito de contribuir e facilitar a vida das pessoas que residem nesse espaço. Dentre esses mecanismos destaca-se o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em dezembro de 2019, proveniente da decisão do Conselho Mercado Comum de número CMC N°13/19. Esse acordo estabelece alguns pontos entre a relação fronteiriça de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O documento do acordo considera em suas páginas iniciais o que pode ser definido como os quatro princípios base, encontrados na decisão MERCOSUL/CMC/DEC. N° 13/19:

> Que a fluidez e a harmonia do relacionamento entre as comunidades fronteiriças dos Estados Partes do MERCOSUL constituem um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração regional. Que a história desse relacionamento precede ao próprio processo de integração do MERCOSUL, devendo as autoridades dos Estados Partes proceder ao seu aprofundamento e dinamização. Que o respeito aos direitos humanos é fundamental no processo de relacionamento em todas as instâncias de integração, para alcançar uma melhor qualidade de vida das populações fronteiriças. Que é necessário facilitar a convivência das comunidades fronteiriças e promover sua integração.

Esse acordo engloba os Estados parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que pode ser compreendido como um bloco econômico que abrange Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção. O MERCOSUL tem por objetivo o livre comércio, mobilidade de pessoas, tarifa externa comum e a integração produtiva[16], essa última sendo a principal motivadora do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, que “é inspirado noutros tratados homônimos bilaterais que os países já haviam firmado e alguns já em vigor” (Vieira, 2023, p. 14) entre outras abordagens como “Grupos de Trabalho, Seminários, Fóruns, projetos, relatórios” (Vieira, 2023, p. 13), que mesmo envolvendo os quatro Estados parte, nesse trabalho dará ênfase para os três que entregam a tríplice fronteira aqui pertinente: Argentina, Brasil e Paraguai.

No quesito do acordo entre Brasil e Argentina, vale o destaque para o longo período entre negociações, assinatura e entrada em vigor, neste caso, A assinatura do Acordo ocorreu em 30 de novembro de 2005, em Puerto Iguazú, a aprovação pelo Congresso Nacional (Brasil) ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 145 em

[16] Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum - MERCOSUL

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

2 de junho de 2011 já a entrada entrada em vigor para o Brasil ocorreu em 7 de julho de 2011, conforme o Artigo XII do Acordo. e por fim a publicação do Decreto Presidencial aconteceu por meio do Decreto nº 8.636, publicado em 14 de janeiro de 2016, o tempo de onze anos demonstra como, mesmo que de extrema importância e relevância para as fronteiras, acordos e instrumentos de integração levam anos para se concretizarem.

Na sequência desta pesquisa, será analisado como, mesmo após a promulgação do decreto, as medidas previstas no acordo podem revelar-se ineficientes na prática para promover melhorias concretas na vida da população. O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, relaciona a integração entre várias cidades fronteiriças dos dois países, redefinindo e acordando as seguintes temáticas, principalmente:

> 1. Compreende seu sentido integrador e a demanda por cooperação entre as instituições que estão nas margens; 2. Cria condições fundamentais para construção inicial de políticas públicas necessárias às "localidades vinculadas", redefinindo e potencializando as possibilidades de cooperação transfronteiriça, a partir de um conjunto de características que lhe são próprias; 3. Parte do entendimento de que a comunidade de ambas as margens é uma só; 4. Privilegia, numa perspectiva principiológica, a Integração; 5. Orienta o Planejamento Conjunto Transfronteiriço sugerindo processos decisórios conjuntos; 6. Posiciona-se pelo bem-estar das pessoas em primeiro lugar - tem enfoque na melhoria da vida das pessoas. (Vieira, 2023, p. 2-3)

O Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai segue as mesmas premissas do caso citado previamente, pois, o intuito desse acordo em sua totalidade, é a integração focada em economia, ações de cunho social ou cultural. Dentro dos aspectos principais desse acordo, a educação é citada, esse destaque é extremamente relevante para a promoção da integração educacional, principalmente para as crianças imigrantes que transitam de um país para outro cotidianamente, e por isso acabam estudando em escolas situadas no Brasil, por exemplo.

No âmbito da educação o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas aborda no Artigo VII relacionado a áreas de cooperação, ponto três:

> Os Estados Partes promoverão a cooperação em matéria de educação entre as cidades fronteiriças vinculadas, incluindo a formação de docentes, intercâmbio de informações sobre metodologias ativas, flexíveis e inovadoras, com evidências comprovadas de êxito, nas quais os estudantes sejam protagonistas do desenvolvimento curricular, melhores práticas em

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> gestão escolar, além de outros aspectos que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino nas regiões de fronteira. O ensino das diferentes disciplinas será feito com uma perspectiva regional e integradora. Procurar-se-á destacar os aspectos comuns para além dos limites políticos e administrativos, e tentar-se-á ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos educandos uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade (MERCOSUL, 2019, p. 8).

Além disso, Foz do Iguaçu apresenta um diferencial em relação às outras cidades fronteiriças brasileiras, no ano de 2024 foi apresentado o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Este documento abarca quais as medidas pré-existentes em diferentes áreas do município como saúde, assistência, mobilidade e educação para acolher e orientar a população imigrante, refugiada ou apátrida que chega à localidade. No plano é possível encontrar orientações acerca de medidas como o Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas criado em 2019 pelo Decreto n° 27.094/2019 e posteriormente atualizado para o Decreto n° 30.512/2022; O “Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino” criado em 2020[17] e que será abordado de forma mais aprofundada no decorrer desta pesquisa; A normativa Nº 001/2020 – SMSA da Secretaria Municipal de Saúde; Termo de Cooperação Técnica de 2021 assinado pelo ACNUR, Prefeitura de Foz do Iguaçu, Cáritas Regional Paraná, Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas e a Casa do Migrante[18], entre outros acordos, medidas e protocolos. São incontáveis ferramentas e mecanismos oficiais para auxiliar as pessoas em deslocamento e que tem como destino a cidade de Foz do Iguaçu.

Diante do exposto, constata-se a existência de diversos mecanismos institucionais previamente estabelecidos em Foz do Iguaçu e na tríplice fronteira que visam promover uma integração educacional de qualidade para crianças imigrantes. Tais instrumentos, voltados à valorização da cultura, ao respeito à diversidade e à promoção da integração, são numerosos e bem documentados. No entanto, como será discutido em seções posteriores desta pesquisa, observa-se que, na prática cotidiana das escolas situadas em contexto fronteiriço, esses mecanismos raramente se concretizam de forma efetiva.

---

[17]Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5879/DOCUMENTO%20ORIENTADOR%20E%20PROTOCOLO%20DE%20ACOLHIMENTO.pdf Acesso em: 17 jun. 2025

[18] Cáritas - Cáritas Paraná firma parceria com ACNUR e prefeitura de Foz do Iguaçu

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

A proposta do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, que orienta o ensino com uma perspectiva regional e integradora, ainda encontra obstáculos significativos para sua implementação. A síntese acima exposta não pretende simplesmente problematizar, é louvável que existam tantas medidas de caráter integrador, e que possuam como objetivo central facilitar a vida das populações fronteiriças, todavia, torna-se evidente a urgência de fomentar a vontade pública de mudança e melhoria bem como práticas cotidianas que promovam, de maneira concreta, a integração cultural e linguística das crianças imigrantes no ambiente escolar.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

2. ACOLHIMENTOS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NAS ESCOLAS

Este capítulo tem como objetivo analisar duas dimensões centrais: a articulação entre os instrumentos e estratégias de acolhimento escolar e o papel das políticas linguísticas na valorização e promoção da diversidade linguística no contexto educacional. Na primeira subseção, são discutidas estratégias de acolhimento voltadas a estudantes estrangeiros no Brasil, destacando como essas práticas contribuem para a integração das crianças no ambiente escolar. Em seguida, apresenta-se um panorama sobre a importância das políticas linguísticas na construção de uma escola mais inclusiva e plural.

2.1 ACOLHIMENTO PARA AS CRIANÇAS IMIGRANTES

O acolhimento de crianças imigrantes constitui um aspecto fundamental para a efetivação de sua integração nos âmbitos social e educacional. A partir da análise das práticas pedagógicas implementadas no ambiente escolar, torna-se viável a formulação de estratégias e instrumentos que promovam o sentimento de pertencimento dessas crianças à comunidade escolar e à sociedade em geral.

Nesse contexto, Azevedo e Barreto (2020) destacam a relevância do acesso aos direitos básicos, especialmente o direito à educação. Para o público infantil imigrante, é imprescindível que se vá além da simples matrícula escolar, considerando que o processo de acolhimento e o acompanhamento contínuo nas instituições de ensino são determinantes para assegurar uma educação de qualidade e fomentar a construção de vínculos sociais duradouros.

> Considera-se de grande relevância analisar de que modo se dá o acesso à educação pública brasileira das crianças migrantes, para a partir de então, tecer discussões acerca dessa problemática vigente no contexto brasileiro. A escola se define como um lugar de grande importância, pois nela as crianças incluídas no processo migratório podem ter a oportunidade de se relacionarem, trocarem experiências, compartilharem suas culturas, seus saberes e assim, aprenderem uma nova língua e passarem a interagir com a nova comunidade, na qual estão inseridas (Azevedo; Barreto, 2020, p. 89).

Considerando o que foi apresentado, cabe ressaltar que o inciso I da Lei nº 9.394/96 determina “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996 apud Azevedo; Barreto, 2020, p. 91). Ou seja, é dever do Estado fornecer, como o principal responsável, os meios de acesso e estratégias

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

para a permanência das crianças tanto brasileiras quanto estrangeiras em solo brasileiro na escola. Ademais, com a Lei da Migração (2017) esse processo fica ainda mais estabelecido, pois o artigo 4º determina que o migrante está incluso na determinação de acesso a educação “em condição de igualdade com os nacionais, [...] direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017 apud Azevedo; Barreto, 2020, p. 92).

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre a mobilidade internacional em articulação com as práticas escolares, considerando a escola como uma instituição tradicionalmente concebida como “fixa”, mas que necessita desenvolver instrumentos capazes de compreender os processos de deslocamento vivenciados por crianças imigrantes. Tal compreensão é essencial para a formulação de estratégias e aprimoramentos que possibilitem a essas crianças aprender e se desenvolver em um ambiente que ofereça segurança, bem como uma educação inclusiva e de qualidade.

Desse modo, Marinucci (2023) argumenta que a formulação e o desenvolvimento de estratégias voltadas à inclusão das temáticas migratórias e de acolhimento no contexto educacional dependem de diversos fatores. Entre eles, destacam-se o perfil da política migratória adotada pelo país, a abordagem conferida a essas políticas em relação às populações imigrantes, bem como a forma como o sistema educacional interpreta e operacionaliza ações voltadas tanto ao ensino sobre migrações quanto ao atendimento das demandas específicas do público infantil imigrante. Nesse sentido, o autor aborda que é ilusório pensar que um país com políticas migratórias restritivas seria progressista ao apresentar políticas públicas e educacionais que incluam essas pessoas no cotidiano do país final no processo de deslocamento

> No caso específico da relação entre instituições de ensino e pessoas migrantes e refugiadas, acredito seja um pouco ilusório pensar que os mesmos Estados, que promovem políticas migratórias restritivas, seletivas e, em alguns casos, até necrófilas, impulsionem, ao mesmo tempo, no âmbito educativo, políticas de inclusão simétrica na ótica da interculturalidade e dos direitos humanos. Ainda assim, complexificando a reflexão, precisa levar em conta também a heterogeneidade dos interesses envolvidos. Se as tendências nacionalistas fomentam processos de naturalização da relação entre Estado e nação, por outro lado há interesses econômicos que prezam pela formação de mão de obra qualificada a fim de suprir as exigências do mercado de trabalho (Zanfrini, 2016 apud Marinucci, 2023, p. 9)

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Diante do exposto, ao se considerar a realidade brasileira e o perfil normativo estabelecido pela Lei de Migração de 2017, observa-se um avanço significativo em relação ao antigo Estatuto do Estrangeiro (1980), o qual deixava de contemplar diversos direitos fundamentais. A nova legislação incorpora um conjunto de medidas voltadas à integração e à garantia de direitos das pessoas imigrantes, promovendo uma abordagem mais humanitária e alinhada aos princípios dos direitos humanos. Importante ressaltar que “Apesar de ainda terem muitos desafios a serem superados, a Lei da Migração (2017) trouxe muitos avanços no que concerne à garantia de direitos para os migrantes, em território brasileiro.” (Azevedo; Barreto, 2020, p. 92).

Para além do ato formal da matrícula, é imprescindível garantir o acolhimento efetivo das crianças imigrantes, bem como o acompanhamento contínuo de sua trajetória escolar. Nesse sentido, este estudo propõe-se a expor e analisar as estratégias, tanto formais quanto informais, adotadas pelas instituições de ensino e pelos docentes para acolher, integrar e acompanhar essas crianças, considerando suas necessidades específicas, demandas pedagógicas e características enquanto sujeitos de direito. Entre as ações destacadas, enfatiza-se a apresentação do contexto educacional e a exemplificação de políticas públicas voltadas à inclusão e à valorização da diversidade no ambiente escolar

2.1.1 O CASO DA CIDADE PACARAIMA EM RORAIMA E AS CRIANÇAS IMIGRANTES

Com o objetivo de exemplificar práticas de acolhimento e acompanhamento de crianças imigrantes, destaca-se a organização do sistema educacional brasileiro no município de Pacaraima, conforme analisado na pesquisa de Deborah Esther Grajzer (2024), bem como as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu (2024). Essas referências visam subsidiar a construção de perspectivas de aprimoramento das políticas educacionais e, posteriormente, integrar as contribuições dos docentes de Foz do Iguaçu à presente pesquisa.

Grajzer (2024) em sua obra “Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção” aborda as vivências de crianças refugiadas e imigrantes venezuelanas que vivem no norte do Brasil, com

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

ênfase na cidade fronteiriça de Pacaraima e na capital Boa Vista, ambas localizadas no estado de Roraima. Entre as temáticas que a autora traz em seu texto destaca-se o papel do sistema educativo em prover proteção de crianças e adolescentes refugiados e imigrantes em Roraima, como também o sistema educativo brasileiro e sua organização em Boa Vista e Pacaraima. O contexto abordado pela autora traz consigo um panorama de uma cidade que, assim como Foz do Iguaçu, recebe um número considerável de pessoas imigrantes, e com isso as crianças imigrantes demandam um olhar no âmbito escolar que se assemelha ao do município estudado na presente pesquisa.

Desse modo, a partir das considerações feitas por Grajzer (2024), alguns pontos dentro do contexto de práticas educativas para proteção de crianças e adolescentes refugiados e imigrantes em Roraima tornam-se relevantes para abordar estratégias de acolhimento. Na ótica do sistema educativo e sua organização em Boa Vista e Pacaraima cabe ressaltar que:

> No Brasil, todas as crianças devem estar matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender a esse requisito, o registro é de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis. O acesso à educação gratuita e obrigatória é um direito público subjetivo, assim, a não oferta da escolaridade obrigatória pelo poder público, ou a sua oferta irregular, é da responsabilidade da autoridade competente (Grajzer, 2024, p. 132).

Neste sentido, compreende-se que para a realização de matrícula existe a necessidade de documentos, o que nos casos das pessoas em situação migratória pode acabar sendo um empecilho. Entretanto, segundo uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovada em 21 de maio de 2020, isso não pode ser impedimento para a efetivação da matrícula em instituições de ensino, “a ausência de tradução, documentação do país de origem, registro nacional ou documento provisório, ou mesmo a apresentação de documentos expirados, não podem ser um problema para matrícula escolar.” (Grajzer, 2024, p. 132).

Outro ponto levantado pela autora é a questão do histórico da cidade estudada, que mesmo antes da intensificação das migrações da Venezuela para o Brasil já tinha um número considerável de crianças venezuelanas matriculadas em escolas de Pacaraima

> As trajetórias educativas dos estudantes venezuelanos são bastante variadas, mas as escolas localizadas no município de Pacaraima já atendiam alunos que viviam em Santa Elena, na Venezuela, e estudavam no Brasil, tanto venezuelanos como brasileiros residentes no exterior, antes

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> mesmo do aumento do fluxo migratório intensificado em 2015, por ser uma cidade transfronteiriça, onde é comum a migração pendular (Grajzer, 2024, p. 134)

No contexto apresentado do município de Pacaraima, observa-se uma analogia pertinente em comparação à realidade da tríplice fronteira abordada neste estudo, uma vez que a migração pendular também se configura como um fenômeno recorrente na dinâmica cotidiana de Foz do Iguaçu. Diante do exposto, pode-se citar algumas práticas realizadas pelo município de Pacaraima para facilitar o processo e a vida das crianças no ensino básico, como por exemplo facilitação no processo de matrícula sem a necessidade de tradução de documentos.

Sob a mesma perspectiva, Grajzer (2024, p. 140) destaca a importância de promover atividades e campanhas educativas voltadas à sensibilização de crianças e adultos, com o objetivo de fomentar a empatia e o respeito mútuo. Nesse sentido, o processo de acompanhamento e integração das crianças ultrapassa os limites da simples matrícula escolar, configurando-se como uma necessidade de natureza multidimensional. É imprescindível que aspectos como diversidade cultural, respeito e inclusão sejam trabalhados de forma a construir um ambiente propício à compreensão das diferentes realidades socioculturais. Isso implica reconhecer que tais localidades dependem, em grande medida, de um processo contínuo de acolhimento que considere as especificidades dos alunos, a realidade de suas famílias e a criação de um espaço educativo seguro, que assegure os instrumentos necessários à preservação da infância e à oferta de uma educação pública inclusiva e de qualidade.

2.1.2 ESTRATÉGIAS DE FOZ DO IGUAÇU PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Nesse contexto, é pertinente apresentar o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, o qual estabelece diversos mecanismos de garantia de acesso a direitos fundamentais, como Educação, Assistência Social e Saúde, voltados à população imigrante residente no município. No que se refere à área da Educação, o referido plano destaca que:

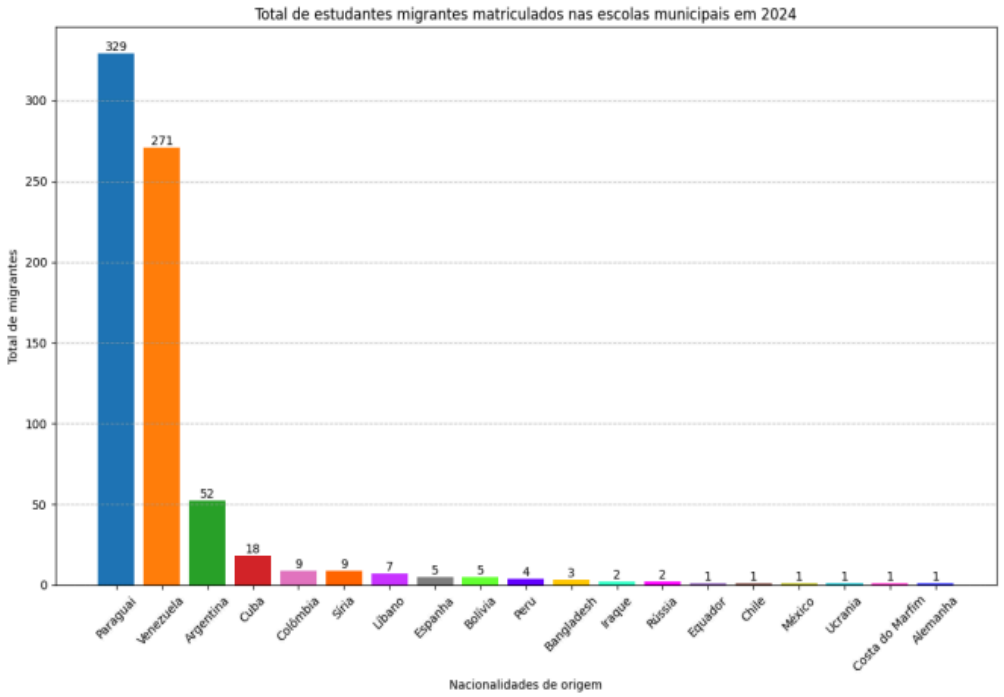
> No âmbito das escolas municipais, as matrículas em 2024 atingiram um total de 787 crianças migrantes de 20 nacionalidades. Destaca-se que todas as

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

> escolas de Foz do Iguaçu tem pelo menos uma criança migrante matriculada e a escola que tem o maior número de crianças migrantes matriculadas tem 49 (Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, 2024, p.17)

Trata-se, portanto, de uma realidade municipal na qual existe um alto número de crianças imigrantes matriculadas na rede pública. No plano, como demonstra o gráfico abaixo, é possível observar as diferentes nacionalidades matriculadas:

Figura 2 - Total de estudantes migrantes matriculados nas escolas municipais em 2024



Fonte: Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu, 2024. Elaboração: Rafaella Silva Ferreira

Dessa maneira, torna-se indispensável a implementação de métodos e estratégias eficazes de acolhimento e acompanhamento de crianças imigrantes nas escolas do município. Com esse propósito, foi elaborado o Documento Orientador e Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED), em parceria com o Grupo de Pesquisa Linguagem, Política e Cidadania da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O referido documento aborda, entre outros aspectos, o acolhimento como princípio orientador das práticas pedagógicas, oferecendo diretrizes para sua efetivação nas unidades escolares, bem como um protocolo específico para o acolhimento de estudantes imigrantes.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Dessa forma, o documento evidencia que, especialmente em contextos de fronteira e considerando a realidade específica do município, o acolhimento, enquanto princípio orientador das práticas escolares deve ser priorizado pelas instituições de ensino. Torna-se, portanto, imprescindível considerar a situação de migração em que os(as) estudantes estão inseridos(as), bem como as diferenças linguísticas e culturais que os(as) caracterizam.

Nesse sentido, o documento propõe as seguintes ações: promoção deliberada da inter-relação entre os distintos grupos sociais presentes no ambiente escolar, com atenção às suas culturas; construção de relações interculturais positivas, que favoreçam experiências de ampliação da diversidade; valorização dos repertórios linguísticos e culturais dos(as) estudantes; realização de ações e atividades interdisciplinares voltadas à inserção e ao empoderamento das crianças; e acolhimento linguístico. (Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu, 2020, p. 14-15). Tendo em vista esse cenário, o documento traz quais práticas efetivas devem ser realizadas no âmbito do "acolhimento inicial" fase após os trâmites que envolvem a realização da matrícula.

Figura 3 - Protocolo de acolhimento inicial ao estudante imigrante

Acolhimento inicial	- Conversa com o(a) estudante e/ou pais e responsáveis para apresentação da escola e preenchimento do Formulário do(a) Estudante Imigrante (constante no anexo 1);	- Coordenação pedagógica da escola;
	- Atividades de sensibilização da turma para questões linguísticas e interculturais, valorizando o repertório do(a) estudante imigrante; - Aulas/atividades interdisciplinares para desenvolver a compreensão e interação em língua portuguesa, a partir do que foi identificado no Formulário do(a) Estudante Imigrante.	- Preferencialmente, membros da comunidade escolar designados(as) para o acolhimento; ou Professor(a) da turma; ou Coordenação pedagógica da escola; entre outros.

Fonte: Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu, 2020, p. 20

Após isso devem ser implementadas as práticas do determinado "Acolhimento permanente", ou seja, normativa para o cotidiano da criança imigrante frequentando as aulas.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Figura 4 - Protocolo de acolhimento permanente ao estudante imigrante

Acolhimento permanente	- Atividades e projetos contra preconceito e xenofobia; - Aulas/atividades interdisciplinares para desenvolver a compreensão e interação em língua portuguesa. Recomenda-se também parceria com a UNILA para atuação de estudantes estagiários(as) do curso de Letras - Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras; - Acompanhamento da inserção e progressão escolar; - Diálogo com pais ou responsáveis para verificar se está sendo feito acompanhamento escolar. Caso seja necessário, recomendar a participação em cursos de português para imigrantes ofertados gratuitamente pela Unila e/ou Unioeste; - Ações realizadas em parcerias com as comunidades de imigrantes e refugiados(as).	Professores(as); Diretor(a); Coordenação pedagógica da escola; Equipe pedagógica SMED.

Fonte: Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu, 2020, p. 21

Nota-se, a partir das tabelas acima, que no caso das crianças do ensino fundamental 1, algumas dessas práticas podem necessitar adaptação para atender as demandas das idades desse público. Ademais, o envolvimento da família é indispensável para tornar o processo de integração mais fácil.

Evidencia-se, portanto, a necessidade da compreensão dos desafios que as crianças imigrantes enfrentam. Entre eles, pode-se destacar as dificuldades relacionadas às relações sociais e ao aprendizado em uma outra língua, bem como uma outra cultura que apresenta modalidades de construção de relações distintas do que a criança está habituada. Nesse sentido, é necessário criar um ambiente no qual se permita à criança imigrante conseguir expressar essas diferenças se sentindo segura e protegida.

Para Miriam Debieux Rosa[19], professora de psicologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a cultura e a língua desempenham papéis fundamentais quando uma criança está na fase de aprender, principalmente os

[19] Miriam Debieux Rosa concedeu uma entrevista ao Instituto Claro intitulada “Como fazer o acolhimento para alunos imigrantes?". Disponível em: https://youtu.be/nJRCGqlI2xw?si=n_vFtwx1E1SMScxR Acesso em: 26 jun. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

aprendizados que são fruto do ambiente escolar. A qualidade da compreensão das figuras adultas no ambiente escolar para com as crianças, sejam elas imigrantes ou não, é fundamental para o entendimento de que algumas dificuldades, como de aprendizagem ou emocionais, podem ser transitórias, e de um período de adaptação, ou seja, não estão arraigadas e que podem ser superadas com o cuidado devido.

É de suma importância partir do princípio que a barreira linguística pode ser superada e a integração das crianças imigrantes ser efetiva, a comunicação pode acontecer por meio de brincadeiras, desenhos, outras modalidades de expressão e que fomentar estratégias para que existam trocas e relações mais espontâneas entre as crianças é indispensável. Rosa (2018) cita que alguns colégios da cidade de São Paulo usam estratégias como pedir para os alunos contarem aos colegas como era o ambiente escolar de onde vieram, quais atividades e brincadeiras realizavam ademais se mostra útil ter matérias em sala de aula que contemplem o espanhol e o português incluindo os avisos aos pais, dessa forma incluindo a família da criança no processo.

Rosa (2018) defende que o princípio do acolhimento consiste na disposição em compreender quem é a criança que chega ao ambiente escolar, se interessando por sua trajetória educacional anterior e apresentando-lhe o novo espaço escolar. Esse processo, embora possa ser conduzido por adultos, deve também envolver os demais alunos da escola, promovendo a construção de vínculos entre as crianças migrantes recém-chegadas e os estudantes já inseridos na instituição. Tal abordagem contribui não apenas para a integração, mas também para o fortalecimento do protagonismo infantil em iniciativas de inclusão e respeito às diversidades. Esse cenário permite à escola uma oportunidade de incentivar o aprendizado de novas línguas, incorporar ao cotidiano outras formas de expressão, de vida e outras culturas a fim de criar um ambiente diverso baseado no respeito às diferenças. Práticas como essas podem auxiliar na diminuição de preconceitos, discriminação e xenofobia.

Diante do exposto, observa-se que, embora haja avanços significativos nas políticas públicas voltadas às crianças imigrantes e esses processos estejam regulamentados, sua efetiva implementação no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios consideráveis. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige o comprometimento de toda a comunidade escolar, bem como a

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

implementação de estratégias contínuas e sensíveis às especificidades culturais e sociais dessas crianças.

Esta seção do capítulo buscou evidenciar a importância do acolhimento como princípio estruturante das práticas pedagógicas, apontando caminhos para o fortalecimento de políticas educacionais mais equitativas e humanizadas, pois somente assim será possível garantir que as crianças imigrantes se sintam verdadeiramente integradas, acolhidas e pertencentes ao ambiente escolar.

Torna-se evidente, então, tanto os avanços quanto as lacunas existentes nas políticas públicas voltadas às crianças imigrantes. Por um lado, observa-se que o tema já está inserido em diversas normativas, especialmente em contextos de fronteira ou em regiões com significativa presença de populações imigrantes no Brasil. Por outro lado, aspectos como o acolhimento linguístico ainda carecem de maior atenção. Isso porque, entre as práticas existentes, essa dimensão revela-se particularmente impactante, uma vez que a linguagem não apenas veicula palavras, mas também expressa sentimentos, visões de mundo e a forma como as crianças se percebem e compreendem suas possibilidades e inseguranças. A linguagem, nesse contexto, exerce um papel central na construção de relações de poder e hierarquia. No ambiente escolar essa realidade exige atenção redobrada, pois, enquanto instituição educativa, a escola tem o dever de acolher a diversidade e garantir a preservação da infância.

2.2 OS DIREITOS LINGUÍSTICOS, AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A CONSTRUÇÃO DE UM ACOMPANHAMENTO LINGUÍSTICO FAVORÁVEL

A língua não se limita à função de transmitir palavras por meio da fala ou da escrita, ela constitui-se como um instrumento de materialização de aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. Em outras palavras, a língua expressa as múltiplas dimensões que um povo se identifica e realiza trocas (Fraga, 2013). Assim, é inadequado concebê-la como um elemento neutro, pois qualquer análise linguística está intrinsecamente vinculada à cultura e às hierarquias sociais que se manifestam nas interações entre diferentes grupos sociais bem como nas diferentes formas de uso do idioma. A língua está presente no cotidiano dos indivíduos, desempenhando um papel fundamental tanto na construção social quanto na consolidação dos direitos.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Nesse contexto, o campo das políticas linguísticas assume um papel central, especialmente diante das questões abordadas nesta pesquisa, uma vez que orientam práticas que impactam diretamente a dinâmica sociolinguística de uma comunidade. Por definição, as políticas linguísticas, campo de atuação que surge por volta de 1960, tem como objetivo "explorar a relação entre o poder e as línguas, ou seja, as decisões atos oficiais, intenções, atitudes e práticas decisões políticas, culturais e sociais relativas ao uso, o status e a aquisição das línguas na sociedade (Calvet, 2007 apud Lora; Skodowski; Passoni, 2023, p.17). Importante ressaltar ainda que as políticas linguísticas visam constituir um conjunto de decisões de caráter abrangente do ponto de vista institucional que orientam a legislação e a normatização do uso da língua em uma sociedade. Por outro lado, sob a perspectiva adotada nesta pesquisa, a normatização linguística não deve constituir o único foco das políticas linguísticas.

2.2.1 OS DIREITOS LINGUÍSTICOS E OS DIREITOS HUMANOS

É igualmente fundamental considerar uma vertente voltada à garantia dos direitos linguísticos dos falantes de línguas minoritárias no país, incluindo as línguas de origem indígena e os idiomas das comunidades de imigrantes residentes no território nacional. Esse olhar garante que a língua, como mencionado anteriormente, cumpra o papel fundamental auxiliando na construção de direitos, desenvolvimento de laços sociais e que atua nas mais variadas facetas que constroem a identidade de pessoas em sua individualidade mas também na construção de uma sociedade como um todo. Diante disso, torna-se pertinente analisar de que maneira os direitos linguísticos[20] participam da idealização e da efetivação dos direitos humanos.

O autor Stephen May (2020), dentre diversos apontamentos nessa temática, argumenta que os direitos linguísticos estão entrelaçados com a criação dos diretos humanos "os direitos linguísticos, também estão amplamente refletidos no domínio do direito internacional, em especial conforme foi definido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948)" (May, 2020, p. 217). Nesse

[20] Cabe ressaltar que as Políticas Linguísticas se referem às normas que regulam o uso das línguas pelos indivíduos ou grupos, neste caso no território brasileiro. Já os direitos linguísticos estão relacionados ao reconhecimento e valorização cultural e linguística de um determinado povo.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

sentido, o autor salienta que existem dificuldades como “uma longa história no direito internacional do reconhecimento dos direitos linguísticos, no geral dentro de um enfoque mais amplo de proteção cultural específica para os grupos minoritários” (May, 2020, p. 217). Sob essa ótica, pode-se estabelecer como parâmetro que os indivíduos devem ter assegurado o direito de se comunicar na língua com a qual mantêm vínculos culturais e afetivos mais profundos. Trata-se, portanto, de uma prerrogativa reconhecida tanto no âmbito dos direitos linguísticos quanto no campo dos direitos humanos.

May (2020) argumenta que os direitos linguísticos estão de forma intrínseca interligados com a prerrogativa do direito à educação. Ante o exposto, o autor argumenta até que medida o Estado é responsável por arcar com o ensino de línguas adicionais no ambiente escolar. Dentre os exemplos, destaca-se que “quando uma minoria tem um contingente significativo, ainda existe alguma margem para o ensino de línguas a cargo do Estado, [...] essa decisão fique a critério dos próprios Estados nacionais” (May, 2020, p. 223). Portanto, retomando o caso de Foz do Iguaçu e a tríplice fronteira, é imprescindível que seja integrado a legislação ou planos municipais o respeito às línguas da parcela imigrante que reside na cidade, para que as crianças imigrantes possam ter os meios possíveis de exercer o direito à educação e que algum medida seja criada para suprir a necessidade das crianças cuja língua materna é o árabe.

> “[...] uma visão mais orientada para a promoção dos direitos à educação e às línguas minorizadas parece estar ganhando espaço, pelo menos para as minorias nacionais, ou seja, para os grupos minoritários que têm uma associação historicamente estabelecida com um território determinado. Nesse sentido, há uma série de instrumentos recentes de direito internacional que, pelo menos em teoria, permitem uma perspectiva mais orientada para a promoção dos direitos linguísticos e educacionais.” (May, 2020, p. 223)

Dessa forma, torna-se imprescindível compreender os direitos linguísticos como uma dimensão dos direitos humanos, uma vez que é fundamental garantir aos grupos minoritários não apenas o direito à comunicação em sua língua materna, mas também o acesso à aprendizagem por meio dela. No entanto, a efetivação desses direitos depende de uma vontade política contínua, capaz de desenvolver instrumentos e estratégias que assegurem sua consolidação e sua implementação, contribuindo, assim, para a redução das assimetrias, promoção da integração social bem como linguística especialmente no contexto educacional.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

2.2.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR ACOLHEDOR

No escopo desta pesquisa, compreende-se o papel das políticas linguísticas como a possibilidade de idealizar práticas cotidianas que favoreçam uma experiência mais significativa para crianças imigrantes no ambiente escolar, promovendo, assim, o exercício pleno de sua cidadania no contexto em que estão inseridas. Contudo, a abrangência das políticas linguísticas vai além dessa perspectiva, incluindo também as crenças linguísticas e os modos de gestão da língua.

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que a língua pode funcionar tanto como instrumento de inclusão quanto de exclusão social. Além disso, as políticas linguísticas assumem diferentes trajetórias de acordo com suas formulações, uma vez que, como todo processo político, estão sujeitas a interesses econômicos, sociais ou relacionados à afirmação de poder (Sousa; Soares, 2024, p. 111). Diante disso, tais políticas devem almejar sempre uma atuação integradora. No caso específico das crianças imigrantes, é essencial conceber políticas linguísticas que viabilizem a expressão em suas línguas originárias, ao invés de restringi-las unicamente ao aprendizado compulsório de um novo idioma.

Nesse viés, os dados do Censo Demográfico de 2022 indicam que há mais de um milhão de pessoas de origem estrangeira residindo no território brasileiro[21], o que gera um resultado no aumento das matrículas de crianças imigrantes nas escolas públicas. Diante desse cenário, torna-se necessário elaborar e implementar políticas educacionais que ofereçam suporte adequado a essas crianças no processo de ensino e aprendizagem. É fundamental considerar que, em sua maioria, essas crianças não utilizam a língua portuguesa como idioma principal em seu cotidiano, tampouco dominam suas variações linguísticas. Assim, é imprescindível que o ambiente escolar adote estratégias pedagógicas que promovam a mediação linguística, assegurando que a língua materna dessas crianças não seja apagada, ao mesmo tempo em que se favorece a aprendizagem do novo idioma.

[21] Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960 Acesso em: 27 jun. 2025

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

A barreira linguística pode ser superada por meio da adoção de estratégias pedagógicas adequadas que favoreçam a educação e a integração de crianças imigrantes no ambiente escolar. No entanto, a realidade observada em muitas salas de aula em que esses estudantes estão revela que parte deles enfrenta dificuldades significativas tanto na comunicação quanto na aprendizagem. A ausência de proficiência na língua portuguesa compromete diretamente o processo educativo, dificultando a participação plena e o desenvolvimento escolar desses alunos.

> A ausência de aulas de espanhol impacta a habilidade dos estudantes em se comunicar plenamente, dificultando a sua adaptação e participação nas atividades escolares, além da integração na comunidade em geral. Diante dessa realidade, [...] as escolas não devem se limitar ao mero acesso, mas devem avançar em direção a uma fase que envolve uma integração mais participativa desses estudantes na comunidade local. Essa abordagem visa não apenas superar as barreiras linguísticas, mas também promover uma inclusão efetiva e uma participação mais significativa na vida educacional e social desses sujeitos em deslocamento (Grajzer, 2024, p. 137).

Esse cenário demanda um olhar cuidadoso e que pode se utilizar do papel das políticas linguística para criar um ambiente onde as crianças imigrantes possam aprender e se expressar. Nesse sentido, Lora, Skodowski e Passoni (2023) abordam que para que as políticas linguísticas sejam eficazes é necessário levar em consideração que “as especificidades de cada comunidade, considerando aspectos regionais, culturais e sociais, não generalizando a linguagem, de forma que sejam capazes de contribuir de forma concreta para a elaboração de novas políticas”. (p. 29) Ou seja, entender a demanda de Foz do Iguaçu e inserir metodologias em sala de aula para que as crianças imigrantes tenham um ambiente favorável a aprender.

Ademais, os autores acrescentam que

> Deve-se atentar para a importância das políticas linguísticas com o objetivo de considerar cada situação e cada comunidade linguística a qual o falante pode pertencer. Neste sentido, as políticas linguísticas possuem papel fundamental na formação desta nova sociedade contemporânea, essencialmente, na escola de ensino básico, a qual inevitavelmente se insere no âmbito dos direitos e dos deveres de cada cidadão (Lora, Skodowski; Passoni, 2023, p. 29).

Nota-se, com isso, que as políticas linguísticas desempenham um papel central ao constituírem um arcabouço normativo que, aliado à vontade política local, pode viabilizar, por exemplo, a inclusão do ensino de espanhol como componente essencial no currículo escolar do ensino fundamental I, período onde as crianças são alfabetizadas. Ressalta-se, ainda, que embora a dimensão linguística não seja o

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

único fator determinante para a integração de crianças imigrantes nas escolas públicas, ela exerce função estratégica no processo de acolhimento, contribuindo significativamente para que essas crianças se sintam pertencentes ao ambiente escolar, tanto em sua dimensão social quanto educacional.

2.2.3 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O AMBIENTE ESCOLAR

A influência do idioma é particularmente significativa na mediação da comunicação, no processo de aprendizagem, na construção de interações sociais e na participação em atividades pedagógicas, entre outros aspectos relevantes. Nesse sentido, é fundamental considerar as especificidades linguísticas, culturais e sociais das crianças para que se possa criar e implementar estratégias que englobam o ensino do portugues bem como ao mesmo tempo que se preserve as línguas maternas das crianças.

Desse modo, os autores Camila Diniz, Giovanna Franzon e Humberto Contreras (2023) realizam apontamentos relevantes para se entender a importância das políticas linguísticas num cenário no qual as crianças imigrantes enfrentam diversas barreiras ao entrar em escolas no Brasil. Nesse sentido, os autores citam que aspectos “culturais, linguísticas e os aspectos psicossociais” são indispensáveis ao pensar nesse contexto. Os autores destacam que os professores possuem papel fundamental nesse processo

> É essencial que os profissionais estejam cientes dos aspectos psicossociais para promover um ambiente de aprendizagem saudável e seguro para as crianças. Ao considerar esses aspectos psicossociais, os professores podem ajudar as crianças a desenvolver habilidades importantes para a vida, incluindo a capacidade de se comunicar efetivamente, resolver problemas, trabalhar em equipe e lidar com emoções e conflitos (Diniz; Franzon; Contreras, 2023, p.132).

Desse modo, evidencia-se a importância da atuação dos professores no processo de desenvolvimento pedagógico de crianças imigrantes, ao promoverem um ambiente educacional seguro que favoreça tanto a aquisição de novos conhecimentos quanto a valorização e preservação de saberes e práticas culturais anteriores à migração. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de planos pedagógicos que inclua a educação intercultural, promovendo a convivência respeitosa, incentivando a relações de cooperação entre as crianças e demais pessoas no ambiente escolar e, dessa forma, promover um espaço no qual a troca

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

de experiência entre as crianças possa gerar um enriquecimento cultural e linguístico e assim evitar casos de exclusão e preconceito.

Diniz, Franzon e Contreras (2023) argumentam que os professores que ensinam crianças imigrantes enfrentam cotidianamente a barreira do idioma para que possam passar os ensinamentos para esse público, gerando assim dificuldades no processo de aprendizagem.

Com isso, é importante destacar que, embora existam mecanismos institucionais voltados à inserção de crianças imigrantes no ambiente escolar, tais dispositivos ainda se mostram insuficientes no que diz respeito ao suporte oferecido após o processo de matrícula. Conforme apontado por Diniz, Franzon e Contreras (2023), “a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) atua em conjunto com parceiros da [...] ONU para encontrar maneiras inovadoras de garantir o acesso de crianças e adolescentes imigrantes à educação” (p. 137). Nesse sentido, a UNESCO recomenda que os órgãos públicos direcionem investimentos específicos para a educação desse grupo, especialmente diante do atual contexto de intensificação dos fluxos migratórios, impulsionados por fatores como mudanças climáticas, crises econômicas e conflitos armados.

Há, portanto, a necessidade de que os esforços para a inclusão das crianças migrantes avance para além do esforço unilateral dos professores, deve-se também direcionar um olhar à importância da participação dos familiares nesse processo. Nesse sentido, os autores Diniz, Franzon e Contreras (2023) argumentam que

> A escola é um ambiente de escuta não somente para a criança, mas para o seu responsável também, visando compreender sua situação atual e trajetória, analisando as dificuldades e demandas específicas e observando onde a escola pode ser um ponto de apoio para transformar a vivência da família (Diniz, Franzon e Contreras, 2023, p.137).

Nesse contexto, uma atuação articulada entre a instituição escolar e o núcleo familiar pode favorecer a construção de um ambiente acolhedor para a criança, contribuindo significativamente para a facilitação do processo de aprendizagem. Tal cenário tende a impactar positivamente os índices de permanência escolar, à medida que os espaços familiar e educacional se entrelaçam na constituição de vínculos que fortalecem o sentimento de pertencimento e promovem o estreitamento das relações sociais, facilitados ainda mais por meio do respeito às diferentes línguas que possam constituir essa troca.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Em suma, o princípio dos direitos linguísticos assume um papel de destaque no debate a respeito do protagonismo das crianças imigrantes no ambiente escolar, uma vez que, ao saírem de seu país de origem, carregam, além do idioma, uma cultura e identidade que não devem ser negligenciados nem silenciados por práticas escolares que limitem a expressão em seu idioma de origem. Torna-se imprescindível que as políticas linguísticas sejam facilitadoras no processo de inserção e continuidade na vida escolar das crianças imigrantes, promovendo um papel integrador que valorize a aprendizagem de uma nova língua sem desconsiderar o respeito e a preservação do idioma materno.

Por fim, tanto os docentes quanto os responsáveis têm papel indispensável nesse processo. Aos professores cabe o acolhimento das identidades culturais e linguísticas por meio de práticas pedagógicas pautadas na interculturalidade e na inclusão; já os responsáveis devem compreender o valor da educação na trajetória dessas crianças, estabelecendo uma relação contínua com a escola e acompanhando de forma ativa sua vivência educacional. A construção de um acompanhamento linguístico favorável demanda um esforço conjunto de diferentes esferas que circundam a vida da criança imigrante.

A partir do presente exposto, o terceiro e último capítulo desta pesquisa se dedicará a apresentar através de depoimentos dos alunos imigrantes, entrevista com os professores e observação de uma escola em Foz do Iguaçu um panorama sobre essa realidade local abrangendo estratégias, desafios e vivências de uma escola na tríplice fronteira.

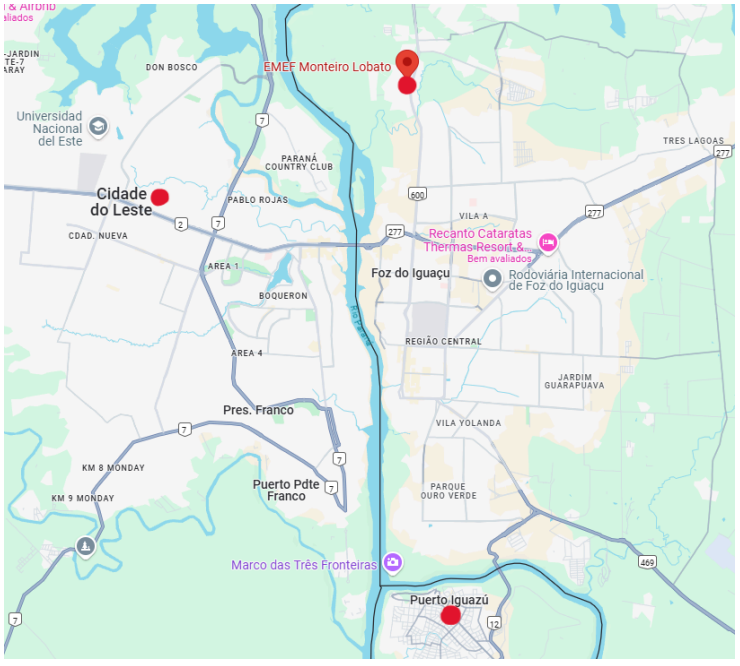
Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

3. AS CRIANÇAS IMIGRANTES NA ESCOLA

Esse capítulo tem como objetivo explorar o resultado de um estudo de caso feito em uma escola de Foz do Iguaçu que conta com alunos imigrantes de diferentes nacionalidades. A pesquisa de campo fez parte de um projeto que por meio de dados, visitas em escolas e outras ações busca investigar e examinar de que forma o poder público municipal nas cidades de Corumbá/MS e Foz do Iguaçu/PR vem se consolidando como um agente político significativo na formulação de protocolos e na implementação de ações voltadas ao acolhimento de migrantes internacionais que residem ou circulam por esses territórios[22]. É importante evidenciar que esta pesquisa foi realizada em dezessete escolas de Foz do Iguaçu, e no presente trabalho apenas uma escola será retratada.

Como mencionado, o entendimento da localidade na qual essa pesquisa ocorre é crucial para entender as particularidades do ensino na fronteira. Na figura a seguir é possível observar a proximidade entre as cidades que compõem a tríplice fronteira juntamente com Foz do Iguaçu, bem como observar a localização da escola que foi visitada:

Figura 5 - Distância entre a escola, Cidade do Leste e Puerto Iguazú.



[22] A pesquisa intitulada “Atendimento e acolhida aos migrantes internacionais em municípios de fronteira: análise e acompanhamento na implantação de protocolos de acolhimento a pessoas em diferentes situações migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)”, O projeto foi aprovado pelo parecer do CEP 6.421.073.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Fonte: Google Maps, 3 de jul. de 2025

Dessa forma, a sequência dos acontecimentos ocorreu conforme descrito a seguir: No período matutino, foram realizadas as apresentações necessárias com o secretário da escola para viabilizar a visita, que também apresentou as dependências da instituição. Após a autorização da docente responsável, procedeu-se a uma observação em sala de aula[23]. Durante o intervalo dos alunos, a professora concedeu uma entrevista. Em seguida, os estudantes imigrantes participaram do grupo focal e da produção dos desenhos. No período vespertino, as ações ocorreram de forma similar. Todas essas etapas seguiram as diretrizes estabelecidas no roteiro metodológico, o qual se encontra em anexo. Ressalta-se, ainda, que todos os procedimentos foram previamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Diante desse contexto, a pesquisa de campo foi realizada em abril de 2024 e a metodologia foi estruturada em três eixos principais: grupos focais com alunos imigrantes, realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e observação do ambiente escolar.

3.1 GRUPOS FOCAIS COM AS CRIANÇAS IMIGRANTES E SEUS DESENHOS

No âmbito dos grupos focais, as crianças participantes foram reunidas em uma mesma sala para a realização da atividade. Nesse contexto, solicitou-se que produzissem desenhos a partir da pergunta norteadora: 'Como você enxerga o ambiente escolar?'. A proposta visava captar, por meio de representações artísticas, as percepções e experiências dos alunos em relação ao espaço escolar. A utilização desse método, enquanto linguagem acessível e não verbal, revelou-se uma estratégia metodológica relevante para favorecer a expressão de sentimentos e percepções que, muitas vezes, não conseguem ser plenamente verbalizadas no contexto onde existe uma barreira linguística.

Dentre os dados quantitativos das dez crianças ouvidas, sendo cinco meninas e cinco meninos, cabe destacar algumas observações dispostas nas tabelas a seguir:

[23] Importante destacar que a observação em sala de aula ocorreu em apenas uma sala pois era a que havia crianças imigrantes presentes no momento da visita e a qual a autorização da escola permitiu.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Tabela 1 - Crianças do turno da manhã

Gênero	Ano	Português	País de Origem
Menino	5A	Sim	Paraguai
Menino	5A	Sim	Paraguai
Menino	4A	Sim	Paraguai
Menina	4A	Sim	Paraguai
Menina	4A	Parcialmente (fala mais em espanhol)	Paraguai

Fonte: Elaboração própria (2024)

Tabela 2 - Crianças do turno da tarde

Gênero	Ano	Português	País de Origem
Menina	2C	Sim	Paraguai
Menino	3C	Parcialmente	Argentina
Menina	1°	Não	Paraguai
Menino	1°	Não	Paraguai
Menina	5B	Sim	Venezuela

Fonte: Elaboração própria (2024)

No decorrer do grupo focal, seguindo as perguntas norteadoras do roteiro que se encontra em anexo, as crianças relataram que durante o período em que estão na escola, interagem ou tentam se comunicar somente em português mas que normalmente ao chegar em casa junto de seus responsáveis, o idioma principal é o espanhol[24] e em algumas ocasiões se comunicam também em guarani, esses relatos embasam os apontamentos feitos por Amato e Lima (2022) que realizam aportes sobre como as estruturas familiares presentes na fronteira tem ligação direta com as práticas linguísticas das crianças imigrantes “e seus pais ou avós são de

[24] No período em que a entrevista foi realizada e nessa escola em específico não haviam crianças árabes. Portanto, as crianças imigrantes entrevistadas relataram majoritariamente suas experiências em espanhol e português.

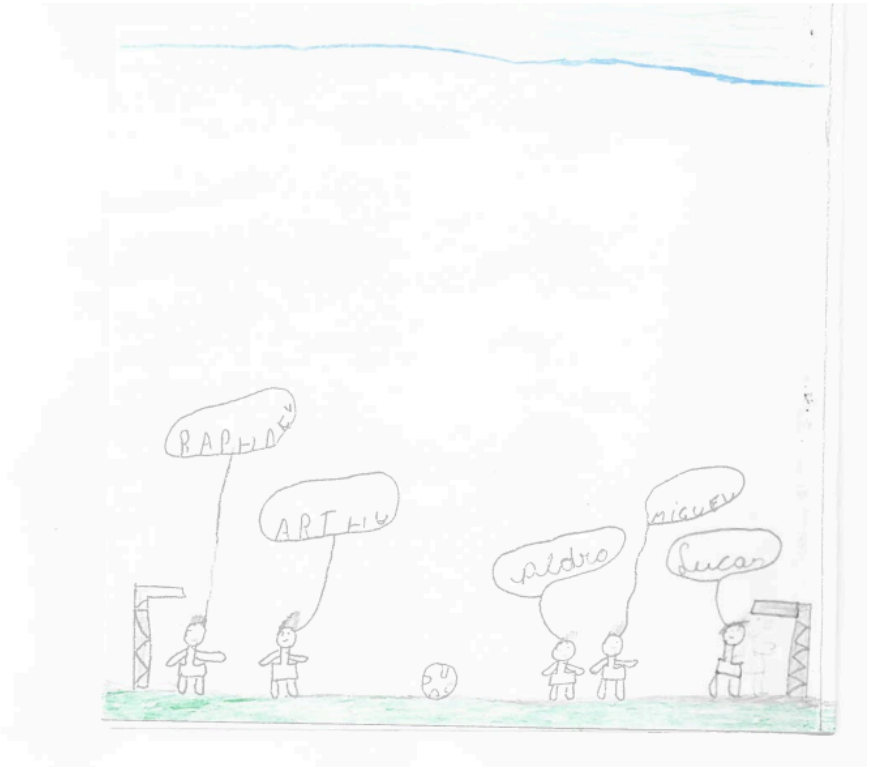
Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

outros lugares, muito comum, é se ter mãe e pai paraguaio, argentino, avós de que falam guarani" (Amato e Lima, 2022, p. 1).

Entre os tópicos comentados, os alunos ressaltaram a dificuldade com a letra cursiva pois estavam acostumados à letra de forma. Outro ponto comentado foi a preferência por atividades ao ar livre, ou seja, o recreio e a educação física, são os momentos do dia que elas mais gostam.

Nesse sentido, destaca-se como atividades em grupo e no ambiente externo fomentam a interação e convivência além de serem essenciais para o estreitamento dos laços sociais. Um dos desenhos realizados por um aluno reflete esse momento, onde mostra a criança e seus amigos num momento desportivo.

Figura 6 - Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2024)

Cabe frisar que apesar dos relatos sobre preferências em atividades ao ar livre, uma criança relatou que acaba brincando sozinha a maior parte do tempo durante o recreio. Na figura e fotografia abaixo é possível perceber a semelhança entre o desenho da criança e a fotografia do ambiente escolar, como a produção ocorreu em uma sala, a criança retratou o brinquedo de memória.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Figura 7 - Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas



Fonte: Elaboração própria (2024)

Fotografia 1 - Fotografia do ambiente escolar.

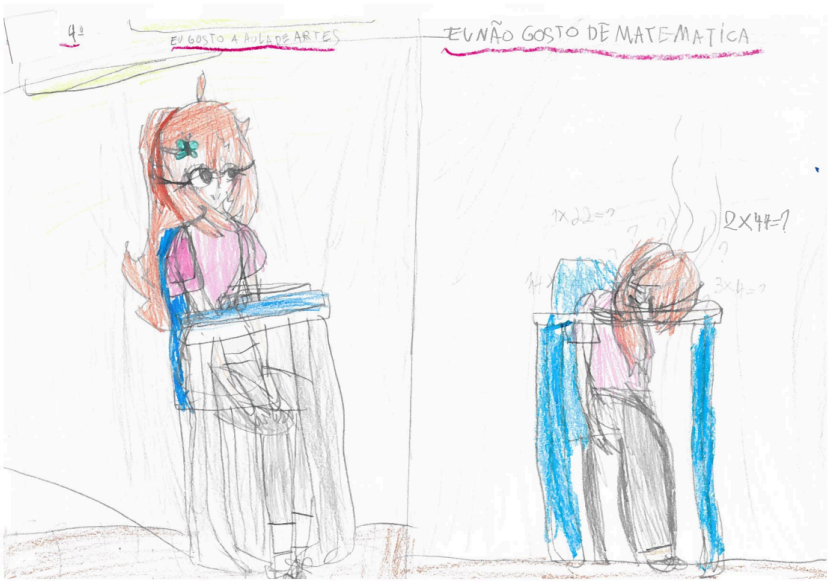


Fonte: Elaboração própria (2024)

Ainda nesse contexto, as crianças relataram diversas dificuldades durante a realização das atividades pedagógicas. Entre os principais obstáculos mencionados, destacam-se a dificuldade de compreensão das instruções, o uso do espanhol nas respostas o que ocasiona em marcação como respostas incorretas, e a sensação de desorientação diante do conteúdo proposto. Uma das estudantes expressou: “Às vezes eu não entendo o que é para fazer e não consigo entregar a atividade”, esse relato se repetiu quando outros alunos se expressavam no grupo focal. A criança retrata as dificuldades que enfrenta em um desenho que demonstra sua felicidade em aulas que consegue se expressar e o contraste em disciplinas que não consegue entender as instruções das atividades solicitadas:

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Figura 8 - Desenho de uma das crianças imigrantes entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2024)

Durante a realização desse desenho a criança relatou que sente muita dificuldade para entender a explicação, principalmente na disciplina de matemática, o que desencadeia em dores de cabeça devido à dificuldade de compreensão do conteúdo, a estudante relatou que durante as atividades desenvolvidas na disciplina de artes, é possível demonstrar maior facilidade ao se expressar, conseguindo manifestar suas ideias e emoções de forma mais espontânea e confiante.

Além disso, é importante ressaltar que algumas crianças não quiseram participar desenhando, mas um aluno em específico demonstrou interesse em permanecer com o grupo durante o momento, em algumas ocasiões interagiu com os colegas se comunicando em espanhol. Outra criança relatou que ao entrar na escola, no primeiro ano, sentiu muito medo pois tinha receio de cometer erros, ela tinha seis anos naquele momento. Ademais, houve relatos de crianças que apontaram a dificuldade de fazer amigos.

A realização dos grupos focais revelou-se fundamental para evidenciar que, uma vez superadas as barreiras linguísticas, as crianças imigrantes poderiam desfrutar de uma experiência escolar mais significativa, tanto no que se refere ao processo de aprendizagem quanto à interação social com seus colegas. Nessa perspectiva, os desenhos produzidos pelos estudantes configuraram-se como instrumentos expressivos relevantes à fala, ao possibilitar a manifestação de suas

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

percepções sobre o ambiente escolar, destacando elementos positivos e negativos presentes em sua vivência cotidiana.

3.2 ENTREVISTA COM AS DOCENTES

As entrevistas realizadas com as educadoras são de fundamental importância para a compreensão das vivências e experiências no contexto da sala de aula, uma vez que essas profissionais constituem um dos principais elos entre a criança e o ambiente escolar.

Durante a entrevista com uma professora do período da manhã, o primeiro questionamento foi sobre como é abordada a questão da diversidade cultural em sala de aula, a partir do qual a professora destacou a importância de abordar a temática da diversidade com as crianças, ressaltando que seu objetivo é contribuir para que construam suas próprias visões de mundo, em vez de reproduzirem a perspectiva individual da docente. Complementando, abordou o papel importante que um professor desempenha na vida de uma criança que vai além dos ensinamentos educacionais, mas também na formação do adulto que essa criança irá se tornar.

Além disso, acrescentou, quando foi questionada sobre as dificuldades de ensinar alunos imigrantes, que não encontra muitas barreiras para ensinar pois já falava espanhol antes de se tornar professora e que esse conhecimento prévio facilita muito a interação com os alunos. Na mesma ótica, sobre o questionamento se a educadora já havia trabalhado com crianças imigrantes afirmou que em todo período que é professora existiam alunos estrangeiros em sua sala de aula, e que essa é uma realidade comum no município, acrescentou que sua percepção em relação às crianças imigrantes é que elas se sentem muito excluídas. Nesse sentido, a docente acredita ter o papel em criar espaços para que todas as crianças possam interagir.

Por conseguinte, a educadora acrescentou ainda que os alunos imigrantes chegam na escola de Foz do Iguaçu com muitos conhecimentos, mas que a barreira da língua atrapalha na hora da realização das atividades, principalmente as atividades escritas. A professora relata como seria importante a prefeitura fornecer um curso de espanhol para os professores, pois facilitaria a comunicação com os

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

estudantes imigrantes e também no desenvolvimento de estratégias para realizar atividades que integrassem todos os alunos.

Nas entrevistas realizadas com as professoras do turno vespertino houve apontamentos semelhantes aos anteriores, entretanto, alguns aspectos ganharam destaque, como o relato de uma professora que afirmou incluir em seu planejamento pedagógico, conteúdos voltados à temática da diversidade. Ela salientou, ainda, que realiza atualizações nesse planejamento, considerando as contribuições trazidas pelas próprias crianças, que compartilham elementos culturais e experiências oriundos de seus países de origem, enriquecendo assim as práticas educativas. Ademais, destacam também as dificuldades no processo de alfabetização, no qual existe um dilema entre ministrar o conteúdo da grade curricular e ao mesmo tempo perceber a expressão de desorientação nos estudantes.

De outro modo, uma questão complexa ocorre no momento da correção de atividades, no qual os estudantes imigrantes, embora apresentem respostas conceitualmente corretas, redigem em espanhol. Tal situação configura um dilema pedagógico: enquanto professoras de disciplinas como História, Geografia e Ciências tendem a considerar válidas essas respostas, reconhecendo o domínio do conteúdo, professoras de Língua Portuguesa frequentemente as classificam como incorretas, em função do idioma utilizado. Essa divergência evidencia os desafios enfrentados na consolidação de critérios avaliativos que contemplem a pluralidade linguística no ambiente escolar.

Outrossim, as educadoras destacaram que, entre as crianças imigrantes com as quais tiveram contato no contexto escolar, a semelhança mais recorrente é a timidez. Frente às dificuldades de compreensão apresentadas por esses estudantes, foram mencionadas algumas estratégias pedagógicas utilizadas, como a repetição de instruções, o uso de tradutores digitais, como por exemplo, o Google Tradutor, ou ainda a solicitação de apoio a docentes que dominam o espanhol. As professoras enfatizaram, igualmente, a importância de atentar-se à velocidade da fala durante as explicações, a fim de não comprometer o entendimento das crianças que ainda estão em processo de adaptação linguística. Uma das professoras destacou que foi alfabetizada no Paraguai, facilitando a interação com os alunos para além dos conteúdos escolares, como questionar se estão bem ou em casos nos quais as próprias crianças solicitam ajuda para comunicar-se umas com as outras, ou seja, se tornando uma intermediadora.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Um destaque recorrente entre as docentes foi que não há protocolos institucionalizados para essas ações, essas medidas partem da vontade das docentes juntamente com a demanda que a vivência numa escola da tríplice fronteira necessita. Nesse sentido, as professoras pontuam que quando as crianças imigrantes entram nos anos iniciais do ensino fundamental sua adaptação é mais fácil, todavia, quando entram no quarto ou quinto anos as dificuldades são maiores, o que ocasiona repetições do mesmo ano escolar mais de uma vez.

Além disso, ressaltam que existem várias lacunas entre as informações que a prefeitura repassa: ao mesmo tempo em que existe a recomendação para integrar essas crianças e adaptar o conteúdo, não há suporte institucional, como cursos ou treinamentos que auxiliem nessas demandas. Amato e Lima (2022) trazem que práticas de a formação continuada são importantes para que os docentes possam auxiliar nas demandas que esse cenário evidência

> Existe então a necessidade de assegurar institucionalmente a reflexão deste debate das escolas de fronteira, pois os professores já lidam com a realidade de crianças latino-americanas em sala de aula. Necessitam de respaldo institucional para assim conseguirem repensar suas práticas pedagógicas, como por exemplo por meio da formação continuada. (Amato e Lima, 2022, p. 5)

Por fim, nos relatos das docentes entrevistadas, são sugeridas estratégias que poderiam auxiliar nesse contexto como um contraturno ou um período de adaptação para essas crianças antes que elas fossem para a sala de aula, para aprender o português. Ademais, um passo inicial importante seria presença de uma professora que fale espanhol para ser um suporte permanente para esses alunos, embora não seja suficiente para que as crianças se sintam acolhidas, reafirmando a conceitualização de que o idioma não opera como único fator no processo de aprendizagem e acolhimento, a cultura, fatores psicológicos, tradições e as relações sociais são igualmente fundamentais.

3.3 OBSERVAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

Inicialmente, foi realizada uma apresentação introdutória com o intuito de obter a autorização da professora responsável pela aula para a permanência no ambiente escolar até a liberação das crianças para participarem do grupo focal. Durante esse período de observação, constatou-se que a docente realiza esforços

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

em promover a inclusão dos alunos imigrantes nas atividades propostas, atribuindo-lhes funções como auxiliar na distribuição dos livros e participar de momentos de leitura. Observou-se, ainda, certo nível de timidez entre as crianças, embora todas tenham participado das atividades. Após esse momento as crianças foram liberadas para participarem do grupo focal. Cabe ressaltar que ocorreu um grupo focal no turno matutino e um grupo focal no período vespertino, esses estudantes imigrantes vieram de Argentina, Paraguai e Venezuela.

Nesse sentido a observação do ambiente escolar e da sala de aula consistiu em analisar como as placas, desenhos e escritas do ambiente se comunicam com as crianças.

Fotografia 2 - Placas conscientizando sobre a importância da permanência na escola



Fonte: Elaboração própria (2024)

Entre os destaques, as placas identificando palavras em inglês chamam a atenção.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Fotografia 3 - Placas identificando palavras em inglês



Fonte: Elaboração própria (2024)

Esse cenário gera questionamentos acerca da presença de disciplinas linguísticas no currículo escolar, evidenciando a contradição entre a oferta de um idioma distante da realidade cotidiana dos estudantes e a ausência do ensino de espanhol, por exemplo, língua amplamente utilizada na região de fronteira e que representa parte relevante, embora não exclusiva, para a integração dos alunos imigrantes no contexto escolar.

3.4 VIVÊNCIAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Observa-se que, a maior dificuldade no acompanhamento dos alunos imigrantes na escola concentra-se na a barreira linguística, mediante apontamentos de professoras e crianças. Além disso, questões como adaptação cultural e o isolamento social também são mencionadas. Esse cenário evidencia a urgência na formulação e implementação de políticas públicas locais que envolvam as questões linguísticas bem como suporte psicológico.

Ademais, é imprescindível avançar para além da questão linguística, uma vez que, embora a barreira do idioma seja frequentemente apontada como o principal

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

obstáculo, outras dimensões igualmente demandam atenção e ações específicas. Amato e Lima (2022) argumentam que

> repensar o ensino por completo nesta região e não se limitando aos muros da escola, já que como vimos pela constituição familiar das crianças e pela própria realidade sociocultural da cidade, os questionamentos realizados em sala de aula tem condições de reverberar na sociedade. Repensar subsídios pedagógicos às práticas cotidianas escolares é um exercício intrínseco à própria pluralidade sociocultural de Foz do Iguaçu (Amato e Lima, 2022, p. 5)

Em suma, é possível observar como ações simbólicas e cotidianas podem ser cruciais para integração das crianças imigrantes. Gestores, professores e familiares são essenciais na construção de uma escola acolhedora e que acompanhe a vida educacional desses estudantes. É fundamental dar voz aos alunos, não apenas por meio da linguagem verbal, pois é importante utilizar expressões que vão além para que as crianças possam expressar seus sentimentos, anseios e necessidades.

Adotar uma abordagem uniforme diante de sujeitos em condições desiguais não promove a inclusão, ao contrário, pode configurar-se como um mecanismo de silenciamento. No caso de crianças imigrantes, que já experienciam sentimentos de deslocamento, essa prática tende a intensificar a timidez, ocasionando ainda mais manifestações de retração, e pode culminar em processos de evasão escolar. Nesse processo, é importante não culpabilizar as famílias, mas criar estratégias para aproximar o núcleo familiar da escola.

Observa-se que, entre os principais apontamentos, sobretudo por parte dos docentes, a centralidade das barreiras linguísticas como a principal dificuldade à oferta de condições adequadas de ensino para crianças imigrantes. Considerando que as línguas ocupam posições hierárquicas nos contextos sociais, é particularmente preocupante, no ambiente escolar, quando as crianças enfrentam dificuldades de comunicação. Essa limitação impacta diretamente suas percepções de mundo, a construção de sua identidade e suas projeções de futuro.

Das percepções pessoais que merecem destaque, o número de crianças paraguaias matriculadas na escola chama atenção, durante o grupo focal as crianças expressaram várias vezes que gostaram da atividade, mesmo que no início se apresentaram um pouco tímidas, depois de alguns minutos questionaram o motivo da atividade e contribuíram com as informações supracitadas. A atividade se mostrou fundamental no papel de dar voz às crianças para que expressem como se sentem e entendem o mundo ao seu redor.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

Considerando que a infância constitui uma etapa crucial do desenvolvimento humano, é imprescindível que o ambiente escolar se configure como um espaço seguro e acolhedor, no qual as crianças possam aprender sem receios. A impossibilidade de acompanhar o processo de aprendizagem devido às barreiras linguísticas pode desencadear sentimentos de angústia e ansiedade, experiências emocionais que não devem fazer parte de uma infância ideal. Nesse contexto, torna-se urgente a adoção de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão.

O ensino da língua espanhola, por exemplo, destaca-se como um recurso relevante, tanto para favorecer a integração das crianças imigrantes quanto para ampliar o repertório linguístico dos estudantes brasileiros, promovendo uma comunicação mais efetiva entre os alunos e para com os professores, todavia, a partir dos relatos, foi possível observar que os docentes que possuem domínio desse idioma ainda relatam que algumas crianças se sentem excluídas.

Os desafios apresentados juntamente com a ausência de políticas públicas direcionadas para as particularidades da localidade resultam num cenário de exclusão e de dificuldades de aprendizagem para as crianças imigrantes, esse cenário afeta seus direitos fundamentais. Portanto, demanda-se em estado de urgência mudanças concretas para garantir o acesso à educação completa no ambiente escolar, assim como a necessidade de que a escola funcione como um espaço acolhedor para todas crianças sem exceção.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as complexas relações entre infância, migração e fronteira, e como a escola, enquanto instituição do Estado, proporciona um ambiente adequado para que crianças imigrantes possam vivenciar o direito à educação de forma plena. Esse estudo apresentou que os processos de acolhimento e acompanhamento, mesmo que existentes, mostram-se ineficientes para que as crianças imigrantes encontrem na escola um espaço seguro para disfrutar a fase da infância bem como adquirir de forma proveitosa os conhecimentos educacionais.

O primeiro capítulo investigou o conceito de infância como construção histórica e social, com ênfase em demonstrar que desde a construção da palavra “infância” existe o simbolismo da exclusão das crianças da esfera pública. A infância é tratada como uma fase apolítica, marcada por uma visão adultocêntrica que nega às crianças a capacidade de agir. O capítulo trouxe uma crítica à invisibilidade das crianças nas Relações Internacionais, pois teorias como realismo, liberalismo, estruturalismo ignoram as crianças como atores relevantes, até mesmo teorias críticas e feministas, que questionam estruturas de poder, raramente as incluem. A aplicação da teoria da subalternidade de Spivak se mostra importante para entender como as crianças são tratadas de forma subalterna nas Relações Internacionais, não tendo voz própria, sendo representadas por adultos e tendo suas experiências narradas por terceiros.

As consequências práticas dessa exclusão são demonstradas principalmente em como crianças são afetadas por conflitos armados, crises, mudanças climáticas e trabalho infantil, mas não participam da formulação de políticas evitar ou mediar tais circustâncias. Essa exclusão é ainda mais grave no caso de crianças imigrantes, que enfrentam várias barreiras. Para que ocorra a mudança é necessário romper com a lógica adultocêntrica e criar mecanismos institucionais bem como acadêmicos que permitam às crianças expressarem suas opiniões.

A segunda parte deste capítulo abordou como a migração infantil é um fenômeno complexo e invisibilizado. O século XXI é marcado por deslocamentos em massa, incluindo crianças, que muitas vezes migram desacompanhadas ou em contextos de extrema vulnerabilidade. Apesar de existirem leis e tratados internacionais, os direitos das crianças migrantes raramente são prioridade nas

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

políticas públicas. Este capítulo discute como se perpetua uma visão adultocêntrica e estereotipada da infância migrante, que é frequentemente tratada com ambiguidade, ora como objeto de proteção, ora como ameaça. As crianças são vistas como apêndices das famílias, sem agência própria, o que reforça sua marginalização.

A migração infantil ocorre em contextos diversos, caracterizados por uma ampla variedade de circunstâncias, impulsionados por guerras, busca por educação, segurança e sobrevivência. As crianças imigrantes muitas vezes enfrentam o sistema jurídico sozinhas, sem compreender o idioma ou o processo. Dentre tantos desafios enfrentados, os relacionados ao acesso à educação incluem adversidades como o idioma e falta de acolhimento adequado. O processo de migração age muitas vezes como usurpador da infância, frequentemente exigindo um amadurecimento precoce. Como proposta, faz-se urgente o desenvolvimento de políticas públicas específicas para crianças migrantes, que garantam acolhimento, proteção e respeito às suas singularidades. A infância deve ser vivida com dignidade, e não sacrificada em nome da adaptação ou sobrevivência.

A terceira e última parte do primeiro capítulo abordou como Foz do Iguaçu é um município estratégico na fronteira com Argentina e Paraguai, com intensa circulação diária de pessoas e grande diversidade cultural. A presença de crianças imigrantes nas escolas públicas do município exige políticas específicas de acolhimento e integração. Idiomas como espanhol e árabe são comuns entre os estudantes, o que gera demandas como adaptações pedagógicas e culturais. A comunidade árabe, especialmente libanesa, tem forte presença na cidade, mas enfrenta barreiras de acesso à educação pública bilíngue.

A análise revelou que existem instrumentos legais, como por exemplo, o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, que promove a integração educacional entre cidades fronteiriças através de diversificadas medidas, bem como o Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes. Os desafios da implementação na prática se concentram em diversos obstáculos burocráticos, culturais e estruturais. No contexto retratado, além de importante, é essencial uma educação intercultural que valoriza a diversidade linguística, promovendo uma visão de comunidade transfronteiriça. A escola deve ser um espaço de acolhimento que respeite e promova a identidade para crianças imigrantes.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

O segundo capítulo abordou que os mecanismos de acolhimento devem incluir práticas que vão além da matrícula, que funcionem em prol de abranger a integração social, emocional e pedagógica das crianças imigrantes. A Lei de Migração (2017) garante igualdade de acesso e permanência na escola, mas a efetivação depende de práticas institucionais sensíveis à realidade migratória. Através de práticas preexistentes nos casos de Pacaraima (RR) e Foz do Iguaçu (PR), ações como matrícula sem exigência de documentos traduzidos, campanhas de sensibilização e orientações pedagógicas, culturais e linguísticas para a integração das crianças são exemplos de acolhimento eficaz, todavia, não são suficientes se a criança não for ouvida durante esses processos. A importância da participação da família e da comunidade escolar nesse processo se faz fundamental, ademais, professores devem estar preparados para lidar com aspectos psicossociais, culturais e linguísticos das crianças imigrantes.

A segunda e última parte deste capítulo abordou como as políticas linguísticas podem agir enquanto ferramenta de inclusão, pois devem garantir o direito à expressão na língua materna. A seção também apresentou um panorama de como os direitos linguísticos devem ser incluídos no âmbito dos direitos humanos. O direito de aprender e se comunicar na língua de origem está ligado à dignidade e à cidadania, a ausência de políticas linguísticas eficazes pode resultar em exclusão, preconceito e apagamento cultural.

Além disso, cabe ressaltar que, perspectiva utilitarista, ao desconsiderar a integralidade do ser humano e priorizar unicamente indicadores quantitativos, como o número de crianças matriculadas, ignora as condições em que essas crianças estão inseridas no ambiente escolar. Tal abordagem desconsidera suas necessidades individuais, comprometendo, assim, a formação plena de cidadãos. A infância, fase caracterizada por uma elevada capacidade de aprendizagem e abertura ao novo, é frequentemente atravessada por contextos de vulnerabilidade que impõem a essas crianças a renúncia precoce à sua identidade e as forçam a amadurecer antes do tempo.

Essas contribuições evidenciam que escola, historicamente, tem sido um espaço de assimilação cultural, apagando identidades e línguas de origem. O modelo assimilacionista nega diversas características da individualidade do ser, ou seja, ocorre um processo que exclui a diversidade cultural e linguística das crianças imigrantes. A responsabilidade pelo acolhimento não deve recair apenas sobre

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

professores, mas envolver toda a comunidade escolar. Os desafios e recomendações são incontáveis, uma vez que apesar dos avanços legais e institucionais, ainda há lacunas na implementação prática das políticas de acolhimento e linguísticas. É necessário um esforço conjunto entre escola, professores, famílias e poder público para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, que priorize a criança como protagonista.

Por fim, no capítulo três, apresenta-se os resultados de um estudo de caso feito em uma escola de Foz do Iguaçu, a partir de métodos como observação em sala, entrevistas com docentes e grupos focais com crianças que realizaram desenhos, revelou-se sentimentos de solidão, dificuldades com a língua e preferências por atividades ao ar livre. Ademais, as crianças relataram barreiras linguísticas, medo de errar, dificuldades com instruções e exclusão social. A expressão artística se mostrou essencial para captar emoções e percepções que não emergiram apenas pela fala. Nas entrevistas com docentes os relatos concentraram-se em como a barreira linguística é o principal desafio. As estratégias como uso de tradutores, fala pausada e apoio de colegas bilíngues são comuns, mas não institucionalizadas. Há carência de formação continuada, apoio institucional e protocolos específicos para acolhimento de crianças imigrantes. No âmbito da observação do ambiente escolar a presença de placas em inglês, idioma distante da realidade local, bem como a ausência de instruções em espanhol gera abertura para questionamentos. Observou-se a timidez das crianças imigrantes assim como o esforço das professoras em incluí-las nas atividades.

Enfatizou-se como a barreira linguística é central, mas não é a única dificuldade enfrentada pelas crianças imigrantes, os fatores culturais, emocionais e sociais também impactam a integração ao ambiente escolar. A ausência de políticas públicas específicas para a realidade da fronteira agravam esse quadro. Dentre as sugestões que podem ser propostas destacam-se o ensino de espanhol para os estudantes, contraturno para adaptação, presença de docentes bilíngues e desenvolvimento de outras práticas pedagógicas para a inclusão educacional das crianças imigrantes.

Cabe ressaltar que, um curso tradicional de línguas que desconsidere os aspectos culturais do idioma e as dinâmicas das relações sociais dos países de origem revela-se ineficaz na mitigação do sentimento de exclusão e deslocamento frequentemente vivenciado por crianças imigrantes. Essa limitação também se

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

estende à formação docente, uma vez que os professores enfrentam, em sala de aula, desafios que transcendem as barreiras linguísticas, atuando diretamente no processo de ensino dessas crianças.

Os resultados desta pesquisa ressaltam a relevância da formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da escola como um espaço seguro, acolhedor e plural, onde as crianças imigrantes possam se expressar e aprender sem medo. A escuta ativa das crianças é imprescindível, bem como o respeito às suas línguas e culturas, para garantir seus direitos e promover uma infância digna. A sensibilidade metodológica das práticas educacionais deve ser priorizada, bem como abordagens interdisciplinares. Em suma, as crianças devem ser reconhecidas como sujeitos de direitos, cujas vozes precisam ser consideradas nos espaços públicos de deliberação, especialmente na formulação de políticas e normas legais que incidem diretamente sobre sua infância e futuro.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

REFERÊNCIAS

AMATO, Laura Janaina Dias; LIMA, Barbara Ferreira. Educação na tríplice fronteira: crianças falantes de espanhol nas escolas municipais de Foz do Iguaçu. **Criar Educação**, Criciúma, v. 11, n. 1, p. 155-169, jan./jul. 2022. ISSN 2317-2452.

Azevedo, Ana Paula Zaikievicz; Barreto, Ketlin Petini. **A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças migrantes em solo brasileiro**. In: TraHs Números especiales N°6 | 2020 : Desafios migratórios contemporâneos. Disponível em: https://www.unilim.fr/trahs/2368&file=1/. Acesso em: 7 jul. 2025.

BHABHA, Jacqueline. Introduction. In: BHABHA, Jacqueline. **Child Migration & Human Rights in a Global Age**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

CARVALHO, L. D.; SILVA, R. C. **Educação integral nas infâncias: pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos**. São Paulo: Centro de Referência em Educação Integral, 2017.

CERNADAS, Pablo Ceriani; GARCÍA, Lila e SALAS, Ana Gómez. **Niñez y adolescencia en el contexto de la migración: principios, avances y desafíos en la protección de sus derechos en América Latina y el Caribe**. Remhu, Ano XXII, n. 42, jan. jul/2014

Crépeau, François. **Relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes: estudo regional: gestão das fronteiras externas da União Europeia e seu impacto sobre os direitos humanos dos migrantes**. Nova Iorque: ONU, 2013. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/755587?ln=pt. Acesso em: 12 jun. 2025.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Vivências infantis e juvenis de imigrantes em diferentes contextos histórico-sociais**. In: SANTIAGO, Flávio; NORÕES, Katia Cristina; SANTOS, Maria Walburga dos (orgs.). Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.31-59

DENIZ, Camila de Oliveira; FRANZON, Giovanna Kazmierczak; CONTRERAS, Humberto Herrera. Crianças imigrantes nas escolas de educação infantil: seus aspectos culturais com enfoque no processo linguístico. **Revista Cactácea**, Registro (SP), v. 3, n. 9, p. 131–149, nov. 2023. ISSN 2764-0647. Disponível em: https://revistacactacea.ifsp.edu.br. Acesso em: 2 jul. 2025.

Dos SANTOS, Luara Dias; MOREIRA, Joana D'arc; MAIA, Marrielle. Infância e Relações Internacionais: reflexões sobre experiência de subalternidade e agência invisível de crianças na disciplina. **Revista tempo do mundo**. Brasília, 2024, n. 35, p. 97-118, ago. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/577/429 Acesso em: 28 fev. 2025.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

FARAH, Daniel; PEREIRA, Artur Oriel. **Migrações, refúgio e deslocamentos: perspectiva intercultural de acolhimento desde a infância**. In: SANTIAGO, Flávio; NORÕES, Katia Cristina; SANTOS, Maria Walburga dos (orgs.). Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.215-241

FOZ DO IGUAÇU. **Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**, 2024

FRAGA, N. G. A influência da cultura no processo de aquisição do espanhol como língua estrangeira. In: II **Colóquio do GEPPELE**. Fortaleza: UFC, 2013.Disponível em: http://pt.calameo.com/read/002925724cf3b7a779beb. Acesso em: 17 de abr. de 2017.

GAGNEBIN, J. M. **Infância e pensamento**. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (Org.). Infância, escola e modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

JALIL, Samira Abdel. **Línguas, identidades culturais, migrações e narrativas: um estudo sobre falantes de árabe em Foz do Iguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Orientadora: Terezinha de Jesus Machado Maher.

LORA, Ane Caroline; SKODOWSKI, Stefani Pacheco; PASSONI, Taisa Pinetti. Políticas linguísticas no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 9, n. 23, p. 15–32, jul./dez. 2023. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/revec. Acesso em: 1 jul. 2025.

MACHADO e SILVA, Regina Coeli. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, p. 357–373, jul./dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tla/a/8Zk9bYkZQZk8k9ZbYkZQZk8/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARINUCCI, Roberto. Editorial: A educação no contexto da mobilidade internacional e das políticas migratórias. In: REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 69, dez. 2023, p. 7-14. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/fRWtD8DkzZDbZ5PnXNqXHsx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 7 jul. 2025.

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. **INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL), PUERTO IGUAZÚ (ARGENTINA) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)**. 2017. 171 p. Dissertação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. O lugar das crianças nas Relações Internacionais: considerações sobre novos atores e a difusão de poder. **Revista de Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 100–118, 2013. ISSN 2236-4811.

MAY, Stephen. Direitos linguísticos como direitos humanos. Tradução de Nathaly Silva Nalerio, Aline da Silva Lopes, Victória Lunardi Bauken, Andrea Cristiane Kahmann. Revisão de Gustavo Oliveira Vieira. **Revista de Antropologia Social**, Madri, n. 19, p. 131–159, 2010. Tradução publicada em: Revista Número Especial, 2020. Disponível em:

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/RASO1010110131A. Acesso em: 30 jul. 2020.
MERCOSUL. Conselho Mercado Comum. MERCOSUL/CMC/DEC. N°13/19 **Acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas**. Bento Gonçalves, Brasil 4 de dezembro de 2019.

MESQUITA, Delma Lúcia de. Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270066, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270066. Acesso em: 15 jun. 2025.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1–20, e0137, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0137. Acesso em: 12 jun. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 7 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Indicadores de Governança Migratória Local – Cidade de Foz do Iguaçu 2022. Brasília: OIM, 2022. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/mgi-local-foz-de-iguacu-2022-pt.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório Mundial sobre Migração 2024**: capítulo 1. Genebra: OIM, 2024. Disponível em: https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024-chapter-1-portuguese. Acesso em: 28 fev. 2025.

Rosa, Miriam Debieux. **Como fazer o acolhimento de alunos imigrantes?**. YouTube, 13 de set. 2018. Disponível em: https://youtu.be/nJRCGqlI2xw?si=n_vFtwx1E1SMScxR. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTIAGO, Flávio; NORÕES, Katia Cristina; SANTOS, Maria Walburga dos (orgs.). **Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio**. Coleção Oba-Obá, v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023

SILVA, Micael Alvino da. **Breve História da Tríplice Fronteira: como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul**. Foz do Iguaçu: Instituto 100 Fronteiras, 2022

SIQUEIRA, Romilson Martins. **Entre o não lugar: deslocamentos, migração e refúgio inviabilizando as crianças e as infâncias** In: SANTIAGO, Flávio; NORÕES, Katia Cristina; SANTOS, Maria Walburga dos (orgs.). Crianças em deslocamentos: infâncias, migração e refúgio. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.9-19

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras**, João Pessoa, v. 33, n. 1, p. 102–112, jan./jun. 2014. ISSN 2358-4793.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.
VIEIRA, Gustavo Oliveira. Direito da integração fronteiriça: uma introdução. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul**, Foz do Iguaçu, v. 11, n. 20, e502, 2023. ISSN 2304-7887 (online). DOI:10.16890/rstpr/a11.n20.e502. Disponível em: https://www.stpr.mercosur.int. Acesso em: 11 jun. 2025.

WATSON, Alison M. S. Children and International Relations: a new site of knowledge? **Review of International Studies**, Cambridge, v. 32, n. 2, p. 237–250, 2006. DOI: 10.1017/S0260210506007005.

WATSON, Allison M. S. Child in International Political Economy: a Place at the Table. **RIPE Studies in Global Political Economy**. New York: Routledge, 2008.

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro base para os Grupos focais, entrevistas e observação

ROTEIRO DA PESQUISA NAS ESCOLAS - FOZ DO IGUAÇU - 2024.

1. APRESENTAÇÃO/OBSERVAÇÃO DA/NA ESCOLA

a. Conversa inicial com a coordenação pedagógica ou direção da escola apresentando os objetivos do trabalho a ser desenvolvido, pedindo permissão para realizar a pesquisa na escola e buscando informações iniciais sobre as crianças migrantes (acolhida, adaptação, desafios e dificuldades enfrentadas na escola).

b. Apresentação do(s) pesquisador(es) para os professores solicitando autorização para acompanhar o trabalho desenvolvido na sala de aula com as crianças migrantes. (Conversa coletiva na sala dos professores).

c. Observação da paisagem linguística da escola: Placas de identificação, letreiros, cartazes, atividades escolares dispostas em murais, informações em outras línguas ou somente em português; (Fazer o registro com fotos).

d. Observação do trabalho pedagógico desenvolvido em uma sala de aula durante alguns dias, com foco na relação entre o/a professor/a e as crianças migrantes daquela sala. (Como se comunica, que estratégias e recursos são utilizados para concretizar a relação ensino/aprendizagem).

e. Observação das crianças migrantes no recreio (o que fazem? com quem brincam? como falam?).

2. ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO COM OS GRUPOS FOCAIS.

a. Solicitar um ambiente reservado para trabalhar com os grupos focais. (Biblioteca, sala de informática etc.).

b. Organizar os grupos focais por ano de escolarização (1° ao 5°ano).

c. Reunir 5 ou 6 estudantes migrantes em cada grupo focal. (Solicite que levem seus estojos escolares).

d. Determine cerca de 1 hora para a realização das perguntas do roteiro e do desenho com tema direcionado (A minha escola).

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

e. Explicar para cada grupo, as diferentes formas de registro (gravação/anotações/ desenho).
f. Caso surja resistência à gravação, anote o máximo possível.

- **Orientações para a realização dos desenhos:**

a. Pedir para os estudantes desenharem a sua escola, destacando o que mais gostam ou o que menos gostam nela (algo muito importante).
b. Feito o desenho, solicite à criança que explique o que produziu. (Anote os detalhes).
Atenção: É importante que o(a) pesquisador(a) esteja atento, porque a explicação da criança pode conduzir a outras perguntas dirigidas.

- **Roteiro de perguntas para os grupos focais com estudantes migrantes:**

1. O que seria uma escola legal para as crianças que vêm de outros países? O que teria nela?
2. Como vocês foram recebidos aqui na escola? Vocês já se adaptaram bem? Se não, o que falta?
3. Qual foi a maior dificuldade na adaptação? Vocês passaram por conflitos, como preconceito ou *bullying*, por serem de outro país?
4. Vocês tiveram alguma dificuldade com a comida da escola? Se sim, qual?
5. Alguém teve ou tem dificuldade com a rotina da escola? (Horário das atividades? O horário de ir ao banheiro? interação com outras crianças e com a professora na sala de aula?).
6. Quantas línguas você fala e em quais línguas você se comunica: em casa, na escola e com amigos?
7. Como vocês aprenderam ou estão aprendendo o português? Tiveram alguma dificuldade de aprender essa língua? Qual?
8. No início, logo que chegaram na escola, o que vocês faziam para entender o que a professora estava dizendo quando ainda não sabiam falar português? A professora se esforça ou se esforçava para entendê-los nas línguas que vocês falam? Ela usa ou usava algum recurso de tradução tipo *Google* tradutor?
9. Vocês têm ou tiveram alguma dificuldade de aprendizagem em relação ao conteúdo ensinado pelos professores? Se sim, qual?

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06

10. Como foi a adaptação da família de vocês aqui na cidade (ou cidade vizinha onde a família mora)? Você sabe se sua família passou por alguma dificuldade de moradia ou de trabalho?
11. De que país vocês vieram? Já moraram em outros países antes de vir para o Brasil? Qual(ais)?

- **Roteiro para grupo focal com professores:**

Organizar grupo focal principalmente com docentes das turmas que tenham crianças migrantes. Ver a possibilidade de fazer em um horário de intervalo ou hora atividade do professor, conforme combinado com a coordenação escolar.

1. Como tem sido trabalhado o tema da diversidade cultural e étnica em sala de aula?
2. Quais os desafios e dificuldades de ensinar para estudantes vindos de diferentes países?
3. Há quanto tempo vocês trabalham com crianças migrantes em suas salas de aula? Há alguma mudança de perfil desses estudantes migrantes ao longo do tempo?
4. Quais estratégias vocês usam para que as crianças que não entendem o português possam compreender a explicação de vocês e realizar as devidas atividades escolares?
5. O que vocês têm aprendido da vida e da cultura dos estudantes migrantes que são seus alunos?
6. Em quais línguas vocês conseguem se comunicar com os estudantes vindos de outros países ?
7. Os professores têm feito algum curso de formação continuada ou cursos de línguas para melhorar a comunicação com os estudantes migrantes?
8. Quais as principais dificuldades de aprendizagem dessas crianças migrantes?
9. A escola desenvolve ou desenvolveu algum projeto de aprendizagem focado na questão migratória? (Se sim, qual?).
10. O que seria necessário para uma melhor inclusão dos estudantes migrantes nas escolas?

Versão Final Homologada
04/08/2025 08:06